



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 - Centro
CEP 83.750-094 - (41) 3547.8000
lapa.atende.net

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO,
TRÂNSITO E TRANSPORTE**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 116/2025

PREGÃO ELETRÔNICO
SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS
TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE

Nº004/2026

Torna-se público que o(a) **SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE**, por meio do(a) do Departamento de Compras, Licitações e Contratos/Divisão de Licitações, sediado na Rua Barão do Rio Branco, 1709, Centro, Lapa - PR, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, alterada pela Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014, Decreto Federal Nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, Leis Municipais nº 4.018 de 21 de outubro de 2022, e nº 4.386 de 04 de junho de 2025, do Decreto Municipal nº 26.815, de 31 de março de 2023, Decreto Municipal nº 21.237, art. 5º, inciso IV, de 24 de março de 2015, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018 (Sicaf Digital), e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Data da Sessão: 05 de março de 2026.

Horário: 09:30 horas.

Local: Portal de Compras do Governo Federal – <https://www.gov.br/compras/pt-br/>–

UASG: 987657

Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.

1 OBJETO:

A presente licitação tem por objeto a aquisição de peças e acessórios de 1ª linha, novas, para máquinas pesadas pertencentes à frota municipal, através do Sistema Registro de Preços para o período de 12 meses, conforme especificações que constam do Termo de Referência- Anexo I.

Informamos que devido a atualização do sistema [compras.gov.br](https://www.gov.br/compras), para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número 90000 antes do número do certame. (Ex: 90002/2025)

2 VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:

O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 3.680.224,84 (Três milhões, seiscentos e oitenta mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos).**

3 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta das dotações expressamente consignadas no orçamento vigente à época do pedido.

4 SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:



O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações COMPRASNET. O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.gov.br/compras/pt-br/>

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/> e lapa.atende.net

Os trabalhos serão conduzidos por pregoeiro (a) e equipe de apoio, designados pelo Decreto nº 28.726, de 30 de abril de 2025.

5 ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:

5.1 DA FORMA DE ENVIO:

Os pedidos deverão ser enviados preferencialmente através do email: licitalapa@gmail.com, ou ainda, protocolados junto a administração no endereço: Rua Barão do Rio Branco, 1709 – fundos – Lapa - PR – CEP 83.750-000, Lapa / Paraná

O atendimento será feito no horário das 09h às 12h e das 13:30h às 17h.

Maiores informações podem ser obtidas através dos fones: (41) 3547-8029 e 3547-8030.

5.2 ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:

5.2.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal nº 14.133, de 2021 ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de **até 3 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame e que serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

5.3 RECURSOS E CONTRARRAZÕES:

As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser enviadas exclusivamente por meio eletrônico, através da plataforma utilizada para a realização do pregão eletrônico.

5.3.1. Após o julgamento em definitivo da aceitabilidade das propostas, e da análise dos documentos de habilitação será oportunizado aos licitantes o prazo mínimo de 10 (dez) minutos para manifestação da intenção de recursos.

5.3.1.1. Neste momento não cabe ao agente de contratação analisar o mérito do apontamento, cabendo apenas avaliar o atendimento dos pressupostos básicos da manifestação.

5.3.1.2. Aceita a intenção de recursos, o licitante terá o prazo de 03 (três) dias úteis para expor suas razões no campo próprio da plataforma.

5.3.1.3. Atendido o previsto no item 5.3.1.2, os demais licitantes ficam convocados para se quiserem, apresentarem suas contrarrazões, igualmente no prazo de 03 (três) dias úteis.

5.4 DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:

O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, em <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e no portal lapa.atende.net.

No curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão à disposição dos interessados no sistema eletrônico disponível em lapa.atende.net, através de consulta pública, usando o número da licitação.



6 - CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

6.1 CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE

6.1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valores estimados que serão considerados máximos, conforme estabelece o art. 59, inciso III da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.2.1- O critério de julgamento adotado será o menor preço, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

6.2.2- A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de entrega por **preço unitário por Lote**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021.

6.3 PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

O prazo de validade das propostas, não poderá ser inferior a 120 (cento e vinte) dias.

6.4 PROPOSTA PARCIAL:

6.4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

6.5 RESERVA DE ITENS PARA ME E EPP:

Somente poderão participar da disputa dos lotes caracterizados como exclusivos para ME/EPP, assim descritos no Anexo I, as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto na Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

6.6 CONSÓRCIO: Será permitida a participação de empresas em regime de consórcio, atendidas as condições do art. 15 da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e aquelas estabelecidas neste edital.

6.6.1. As empresas consorciadas deverão ter objeto social pertinente e compatível com o objeto licitado.

6.6.2 O arrematante entregará, junto com os documentos de habilitação:

- a) o compromisso público ou particular registrado em cartório de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que discriminará os poderes e encargos de cada consorciado e indicará a etapa do objeto a que cada um ficará responsável, com o respectivo percentual de participação;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;



e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.6.3 Os Documentos de Habilitação (Anexo II) deverão ser apresentados por parte de cada consorciado, admitindo-se, para efeito de qualificação técnica, o somatório dos quantitativos de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, também na proporção de sua respectiva participação.

6.6.4 A empresa consorciada está impedida de participar desta licitação por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente, inclusive na condição de subcontratada de outro licitante.

6.6.5. Os integrantes do consórcio respondem de forma solidária pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação, quanto na de execução do contrato.

6.6.6. A empresa líder será a representante do consórcio perante a Contratante e deverá subscrever a proposta de preços, em nome do consórcio.

6.6.7. Qualquer uma das consorciadas poderá apresentar, em nome do consórcio, a garantia da execução, quando exigida.

6.6.8. O prazo de duração do consórcio deve, no mínimo, coincidir com o prazo de conclusão do objeto licitado, até sua aceitação definitiva.

6.6.9. Estará impedida de participar do consórcio a empresa na qual figure, entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios, pessoa que seja funcionário, diretor, responsável técnico ou sócio de outra empresa consorciada.

6.6.10. Tratando-se de consórcio, o licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio no órgão oficial competente, nos termos do compromisso.

6.7 AMOSTRA: Não é exigida a apresentação de amostras.

6.8 ANEXOS:

- Anexo I – Termo de Referência;
- Anexo II – Documentos de Habilitação;
- Anexo III – Modelo de Descritivo da Proposta de Preços;
- Anexo IV – Modelo de Procuração;
- Anexo V – Modelo de Declaração;
- Anexo VI – Minuta da Ata de Registro de Preços/Minuta de Contrato;
- Anexo VII – Modelo de Declaração de enquadramento ME/EPP;
- Anexo VIII – Declaração LGPD.



7 - CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

7.1 A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

7.1.1 O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do COMPRASNET, na página <https://www.gov.br/compras/pt-br/>.

7.1.2 O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração promotora do certame, a Prefeitura Municipal da Lapa - PR.

7.1.3 O (a) pregoeiro (a) exercerá as atribuições previstas no artigo 8º da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração promotora do certame o COMPRAS GOVERNAMENTAIS (Comprasnet), conforme instruções que podem ser obtidas na página www.gov.br/compras ou, ainda, por meio dos telefones (41) - 3547-8029 e 3547-8030.

7.1.4.1 O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração municipal COMPRAS GOVERNAMENTAIS (Comprasnet) implica a sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico, incluindo a responsabilidade pelas propostas apresentadas e lances ofertados.

7.1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de possíveis convocações, bem como de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.2 EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

7.2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.

7.2.2 Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 7.1 do presente Edital.

7.2.3 Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:

7.2.3.1 tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;

7.2.3.2 constituíram as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 7.2.3.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;

7.2.3.3 tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 7.2.3.2;

7.2.3.4 se encontrem sob falência, recuperação judicial e recuperação extra-judicial, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;

7.2.3.4.1 Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

7.2.3.5 mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

7.2.3.6 o servidor ou dirigente de órgão ou entidade municipal da Lapa-PR, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.



7.2.3.6.1 Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.

7.2.3.7 As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

7.2.4 A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

7.2.5 Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.

7.2.6 O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

7.2.7. FICAM IMPEDIDAS DE PARTICIPAR DO CERTAME, AS EMPRESAS SANCIONADAS NESTE ENTE FEDERATIVO, CONFORME ARTIGOS 14, III, DA LEI 14.133/2021.

7.3 PROPOSTA INICIAL

7.3.1 Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:

7.3.1.1 o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;

7.3.1.2 a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, se for o caso.

7.3.2 A proposta de preço inicial, elaborada conforme modelo do anexo III, deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.

7.3.2.1 A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).

7.3.3. A verificação da conformidade da proposta quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço ou maior desconto final em relação ao estimado para a contratação, será feita exclusivamente na fase de julgamento e apenas em relação à proposta mais bem classificada.

7.3.4 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.3.5 A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3.6. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável, bem como, aquelas em que não haja a indicação da marca/fabricante do produto ofertado (quando exigido), do número de registro na Anvisa/ Comprovante de isenção (quando exigido).

7.3.6.1. Não será aceita proposta para os itens quando não comprovado o atendimento as especificações técnicas mínimas exigidas no edital.

7.3.7. NO CASO DE ALGUMA DIVERGÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS/ LOTES ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO PREVISTOS NO EDITAL.

7.4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

7.4.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:



7.4.1.1 Valor unitário e total do item, com duas casas decimais, salvo orientação em contrário do pregoeiro;

7.4.1.2 Marca; se for o caso;

7.4.1.3 Fabricante, se for o caso;

7.4.1.4 Descrição detalhada do objeto, contendo as informações indispensáveis à especificação do objeto constante Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso.

7.4.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.

7.4.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

7.4.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante.

7.4.4.1 **A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.**

7.4.5 O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

7.4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

7.5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.5.2 O(a) Pregoeiro(a) poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que possa comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

7.5.2.1 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.5.2.2 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de julgamento.

7.5.3 Todos os licitantes participarão da fase de lances, observados os critérios estabelecidos pelo modo de disputa definido neste Edital.

7.5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

7.5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.5.1 O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de julgamento fixado neste Edital.

7.5.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.5.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5.8 O modo de disputa será **ABERTO E FECHADO**.

7.5.8.1. No modo de disputa aberto e fechado, a etapa de envio de lances terá duração de quinze minutos.



7.5.8.2. Encerrado o prazo previsto, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.5.8.3. Após a etapa de que trata o item 7.5.8.2, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo ou de maior percentual de desconto e os autores das ofertas subsequentes com valores ou percentuais até dez por cento superiores ou inferiores àquela, conforme o critério adotado, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.5.8.4. No procedimento de que trata o item 7.5.8.3, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

7.5.8.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 7.5.8.3, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo, observado o disposto no item 7.5.8.3

7.5.8.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 7.5.8.2 e 7.5.8.3, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por menor preço, ou em ordem crescente, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

7.5.10 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5.11 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

7.5.12 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.5.13 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.5.14 O Critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE**, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.5.15 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.5.16 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

7.5.17 Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.5.18 A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.5.19 Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele



intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.5.20 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.5.21 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.5.22 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.5.23 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.5.24 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.5.24.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5.24.2 O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **02(DUAS) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.5.24.3 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 7.5.24.2.

7.5.25 Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7.6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

7.6.1 Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

7.6.2 O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB nº 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

7.6.3 Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) estimado(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível, bem como aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.6.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.6.3.2 No caso de bens e serviços em geral, poderá ser considerado indício de inexequibilidade valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, cabendo ao licitante comprovar a exequibilidade quando solicitado pelo pregoeiro.



7.6.4 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

7.6.5 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

7.6.6 O(a) Pregoeiro(a) poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 02(duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

7.6.6.1 É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.6.6.2 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo(a) Pregoeiro(a), destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico.

7.6.6.3.7 Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

7.6.7 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6.8 Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no *chat* a nova data e horário para a sua continuidade.

7.6.9 O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.6.9.1 Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.6.9.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.6.10 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

7.6.11 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o(a) Pregoeiro(a) verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

7.7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

7.7.1. Todos os participantes deverão encaminhar a proposta (conforme modelo do Anexo III) e os documentos de habilitação (conforme Anexo II) – exclusivamente via sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, **se disponível esta funcionalidade na plataforma indicada para realização da licitação, ou após convocação feita pelo pregoeiro**, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos. Sendo necessário a apresentação de nova proposta (readequada), ou de documentos complementares, estes deverão ser anexados em campo próprio em até 02(duas) horas após a solicitação do pregoeiro.

7.7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de **habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores utilizado**



pelo Município da Lapa-PR – SICAF – Governo Federal, desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.7.4 As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006.

7.7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de possíveis convocações ou de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas registradas no sistema, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

7.7.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do(a) pregoeiro(a) e para acesso público após o encerramento da etapa competitiva.

7.8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

7.8.1. A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, se disponível, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo e dados bancários do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido neste edital.

7.8.1.1. A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos fixados pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

7.8.1.2. Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

7.8.1.3. Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais, após a vírgula, salvo orientação em contrário. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

7.8.2. Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo III.

8. OS RECURSOS

8.1. Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas no prazo de, no mínimo 10(dez) minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, quando houver inversão de fases, manifestar sua intenção de recorrer de forma imediata, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para



apresentação das razões recursais, após a formalização do término da etapa de habilitação/inabilitação.

8.1.1. As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio no sistema.

8.1.2. Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio no sistema.

8.2. A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

8.3. As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores não serão conhecidas pelo (a) pregoeiro.

8.4. Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema eletrônico.

8.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

9. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

9.1. Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo (a) pregoeiro (a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

9.2. Excepcionalmente será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, desde que devidamente justificado pela autoridade competente.

10. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO

10.1. O adjudicatário será notificado para assinar o contrato ou a ata de registro de preços no prazo de **05(cinco) dias úteis**, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital.

10.1.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Contrato/Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

10.1.1.1 Na situação acima a Administração deverá certificar-se de que o Contrato/Ata de Registro de Preços devolvido (a), assinado (a) pela Contratada, não sofreu qualquer alteração.

10.2. Para a assinatura do contrato ou a ata de registro de preços, o adjudicatário deverá estar credenciado no SICAF – Governo Federal, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.3. Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao SICAF – Governo Federal, e emitirá certidão que comprove a regularidade da empresa, a qual será juntada ao respectivo processo.

10.4 O(s) pagamento(s) será(ão) efetuado(s) através de transferência bancária/depósito, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela Contratada.

10.5. Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 10.2 e 10.4 ou se recusar a assinar o contrato ou retirar a nota de empenho, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021. ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.



10.5.1. A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo autônomo para eventual aplicação de sanções administrativas.

10.5.2. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 10.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

10.6. A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

10.6.1. O imposto de renda de pessoas jurídicas ocorrerá na fonte tanto para bens, quanto prestação de serviços, conforme Instrução Normativa nº 1.234 de 2012 da Receita Federal do Brasil.

10.6.2. Aos serviços sujeitos ao pagamento do imposto sobre serviços de qualquer natureza, ISSQN, constantes na relação em anexo a Lei Complementar nº 11 de 02 de outubro de 2017, aplica-se no que couber o previsto no Decreto Municipal nº 27347/2023.

10.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

10.8. Antes de cada pagamento, a Contratante deverá realizar consulta no SICAF, para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

11 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. O licitante e o contratado que incorram em infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133/2021 sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 desta Lei, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

11.2. A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

a) multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações punidas com a sanção de advertência, prevista no art. 156, inciso I da Lei nº 14.133/2021;

b) multa de 5% a 30%, nos casos das infrações punidas com a sanção de impedimento para licitar e contratar, prevista no art. 156, inciso III da Lei nº 14.133/2021;

c) multa de 15% a 30%, nos casos das infrações punidas com a sanção de declaração de inidoneidade, prevista no art. 156, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;

d) **moratória** de 0,05% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;



e) **compensatória** de 20% sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11.3. O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto no art. 156, § 1º, incisos I a V da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública municipal, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.4.1. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

11.5 O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto nos arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/2021.

11.6. Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Município da Lapa-PR.

11.7. Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção.

12 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA/ CONTRATO

12.1 - Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, em especial as seguintes:

I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada;

II - Acompanhar a celebração dos contratos e termos aditivos;

III - manter controle individualizado de cada Contrato;

IV - Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização de Contrato, fiscalização administrativa, fiscalização setorial e fiscalização de obras e/ou projetos, além dos atos preparatórios à instrução processual e à formalização dos procedimentos de prorrogação, alteração, reequilíbrio, pagamento, dentre outros;

V - Verificar junto aos Fiscais de Contrato se os prazos de entrega, especificações, preços, valores e quantidades de bens e serviços encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual e assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

VI - Verificar junto aos Fiscais de Obras e/ou Projetos se os prazos do cronograma de obras, as medições de entrega, especificações, preços, valores, materiais aplicados encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual e assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;

VII - Efetuar o levantamento da necessidade da unidade executora, verificar a existência de previsão orçamentária, emitir a requisição ao Comitê de Despesas do Município, após a autorização do ordenador de despesas;

VIII - Conferir a existência de designação de Fiscal do Contrato, de Fiscal de Obras e/ou Projetos e da Comissão Fiscal Administrativa Setorial, esta última quando for o caso,



para cada contrato celebrado pela Administração Municipal, sob sua responsabilidade, e da indicação formal de preposto pelo contratado;

IX - Deflagrar os procedimentos de fiscalização ao adimplemento do objeto contratado, a serem executados pelos fiscais designados do contrato, administrativo e quando for o caso pelo fiscal de obras e/ou projetos ou da Comissão Fiscal Administrativa Setorial;

X - Prover os fiscais designados: Fiscal do Contrato, Comissão Fiscal Administrativa Setorial e, quando for o caso, o Fiscal de Obras e/ou Projetos, das informações necessárias ao exercício das atividades de fiscalização e supervisionar as atividades relacionadas ao adimplemento do objeto contratado;

XI - Controlar os prazos de vencimentos dos contratos dos serviços de caráter contínuo e manter o Fiscal do Contrato informado;

XII - Certificar-se de que a contratada mantém, durante toda execução do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e/ou na contratação, solicitando os documentos necessários a esta constatação;

XIII - Controlar o saldo quantitativo e financeiro, e também o prazo de vigência contratual, sendo que com 90 (noventa) dias de antecedência, deverá solicitar à unidade executora do objeto as medidas necessárias para renovação do Contrato, bem como a sua instrução, ou a realização de nova licitação e para que sejam tomadas providências para evitar a descontinuidade do Contrato;

XIV - Encaminhar o requerimento da contratada de prorrogação do prazo de execução do objeto ou da vigência do Contrato à autoridade competente;

XV - Comunicar à autoridade competente e aos setores de interesse os eventuais atrasos dos prazos de entrega e de execução do objeto;

XVI - Realizar, quando couber, as glosas de acordo com os percentuais determinados, nos casos em que for constatada falha na execução, não havendo acordo ou a readaptação contratual não for necessária;

XVII - Promover o controle das garantias contratuais, inclusive no que se refere à juntada de comprovante de recolhimento e adequação da sua vigência e do seu valor;

XVIII - Documentar nos processos todos os fatos dignos de interesse administrativo;

XIX - Analisar e instruir o processo com informações, dados e requerimento/manifestação da contratada, pertinentes à alteração de valores do Contrato, em razão de reajuste de preços, repactuação, revisão ou alteração do objeto, para acréscimo ou supressão, controlando os respectivos limites de créditos orçamentários disponíveis, e encaminhar o processo à autoridade superior para decisão;

XX - Receber as notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato, Fiscal de Obras e/ou Projetos e pela Comissão Fiscal Administrativa Setorial, esta última quando for o caso, e encaminhá-las para o setor responsável pelo pagamento, após conferência dos respectivos documentos, devendo ser efetuado um controle atualizado dos pagamentos em ordem cronológica;

XXI - Elaborar ou solicitar ao Fiscal do Contrato ou ao Fiscal de Obras e/ou Projetos justificativa técnica, quando couber, com vistas à alteração unilateral do Contrato pela Administração Municipal;

XXII - Realizar o acompanhamento e a guarda do Registro de Ocorrências elaborado pelo(s) fiscal(is) do Contrato, fiscal(is) administrativo(s), fiscal(is) setorial ou fiscal (is) de obras e/ou projeto;

XXIII - Registrar as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pela Administração Municipal e mantê-los atualizados;

XXIV - Propor, formalmente, à autoridade competente, a liberação da garantia contratual em favor da contratada nos prazos regulamentares;

XXV - Comunicar ao setor competente sobre quaisquer problemas detectados na execução contratual, que tenham implicações na atestação efetuada pela fiscalização;



XXVI - Comunicar à autoridade competente as irregularidades cometidas pela contratada, sugerindo, quando for o caso, a imposição de sanções contratuais e/ou administrativas, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação vigente;

XXVII - Adotar as medidas preparatórias para a aplicação de sanções e de rescisão contratual, conforme previsão contida no Edital e/ou instrumento contratual ou na legislação vigente;

XXVIII - Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços e solicitar formalmente à empresa contratada a substituição do objeto que não atenda à descrição contida no instrumento convocatório e/ou na proposta financeira;

XXIX - Exigir o previsto no Contrato, sendo que qualquer alteração de condição contratual deve ser submetida ao seu superior, acompanhada das justificativas;

XXX - Apresentar à autoridade competente, quando solicitado, relatório circunstanciado da gestão do Contrato;

XXXI - Proceder à obrigatória verificação na liquidação de despesa, para fins da apuração da importância correta a ser paga, a quem deve ser paga (CNPJ), a que objeto se refere o pagamento, se o serviço foi completamente realizado e se as obrigações fiscais e sociais trabalhistas foram cumpridas, bem como os recolhimentos do FGTS e INSS, nas contratações de serviços que envolvam mão de obra terceirizadas;

XXXII - Realizar o recebimento definitivo do objeto dos contratos, em consonância com o previsto neste Regulamento;

XXXIII - Propor medidas que melhorem a execução do Contrato;

XXXIV - Procurar auxílio junto às áreas competentes em caso de dúvidas técnicas, administrativas, contábeis ou jurídicas;

XXXV - Receber da Comissão Fiscal Administrativa Setorial os apontamentos sobre problemas com os empregados das empresas contratadas e solicitar ao preposto providências, e em último caso solicitar formalmente à empresa contratada a substituição dos empregados prestadores de serviço;

XXXVI - Encaminhar à Divisão de Contratos o processo de execução e o respectivo relatório sobre sua conclusão ao término da execução do Contrato;

XXXVII - Outras atividades compatíveis com a função.

XXXVII – No caso específico de obras e prestação de serviços de engenharia cumpre ainda ao Gestor de Contrato:

I - Receber a Nota Fiscal e, conforme exigências previstas em Edital, conferir, no prazo de 3 (três) dias úteis, se está acompanhada dos itens a seguir, quando couber, emitindo o respectivo check list, para posterior encaminhamento à área financeira/administrativa da unidade executora do objeto:

- a) comprovante de pagamento de salário;
- b) comprovante de recolhimento e regularidade perante o INSS;
- c) comprovante de recolhimento e regularidade do FGTS e relatório da SEFIP;
- d) guia rescisória do FGTS, se houver demissões no período;
- e) relação de demissões com TRCT - Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, ou relatório do CAGED, se houver demissões no período;
- f) apresentação dos cartões de ponto ou comprovação do controle de jornada, quando solicitado;
- g) comprovante de regularidade do prestador nos órgãos competentes.

II - Remeter, após a conferência, os documentos citados no inciso anterior, ao setor financeiro/administrativo da unidade executora do objeto que verificará a regularidade fiscal e demais atos;



III - sem prejuízo das atribuições do(s) fiscal(is) do Contrato e do fiscal (is) de obras e/ou projeto e ou da Comissão Fiscal Administrativa Setorial, notificar à contratada, estabelecendo prazo para o fiel cumprimento das obrigações contratuais ou para que dê início à correção dos defeitos ou desconformidades com o objeto da contratação, constatados durante a sua execução ou após o recebimento provisório, bem como informar à autoridade competente as ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão do objeto;

IV - Conduzir os procedimentos de finalização do processo à Contratada, com base nos termos Contratuais, sempre que houver descumprimento de suas cláusulas por culpa da Contratada;

V - Comunicar a área competente, com antecedência mínima de 90(noventa) dias, da necessidade de abertura de nova licitação, antes de finda a obra e/ou a prestação de serviços de engenharia.

13 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/ CONTRATO

13.1 - Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal da ATA/Contrato:

I - Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

II - Dar ciência na Portaria que o designou como Fiscal do Contrato;

III - Conhecer as leis e normas referenciadas no Contrato;

IV - Averiguar o cumprimento de todas as cláusulas do Contrato;

V - Acompanhar o cronograma da execução do Contrato;

VI - Conhecer os limites e as regras para alterações contratuais definidos na Lei de Licitações;

VII - Elaborar registro próprio e individualizado para cada Contrato, no qual constarão todas as ocorrências relacionadas com a execução, inclusive o controle do saldo contratual, e as informações das ações necessárias à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados, contendo os seguintes documentos:

- a) cópia do Contrato;
- b) cópia do Edital e proposta;
- c) comunicações com o Ordenador de Despesa;
- d) comunicações com o gestor do contrato;
- e) comunicações com o preposto;
- f) comunicações diversas relativas ao Contrato;
- g) diligências;
- h) registro de ocorrências.

VIII- Manifestar-se quanto ao equilíbrio econômico-financeiro do Contrato e outras situações que exijam conhecimento técnico do objeto, quando solicitado;

IX- Verificar se a contratada está cumprindo todas as obrigações previstas no Edital de licitação e no instrumento de Contrato e seus anexos;

X- Esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;

XI- Expedir, por meio de notificações e/ou relatório de vistoria, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;

XII- Proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela contratada ou conforme disposto em contrato;



- XIII- Adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens, a realização de serviços ou a execução de obras;
- XIV- Conferir e certificar as faturas relativas às aquisições, serviços ou obras;
- XV- Proceder as avaliações dos serviços executados pela contratada;
- XVI - Determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- XVII- Exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho;
- XVIII- Determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços;
- IXX - Receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens ou na execução dos serviços ou das obras;
- XX- Dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais, inclusive reequilíbrio;
- XXI- Verificar a correta aplicação dos materiais;
- XXII- Requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade da execução das obras e serviços ou dos bens a serem adquiridos;
- XXIII- Realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento provisório do objeto contratado, quando for o caso;
- XXIV- Informar ao Gestor de Contrato, as ocorrências que possam prejudicar o fornecimento ou a prestação do serviço, por meio de Comunicação de Ocorrência, e apresentá-la em conjunto com o Gestor de Contrato à autoridade superior juntando a esta os documentos que comprovem os fatos alegados;;
- XXV- Elaborar Relatório de Análise Técnica, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca da execução do Contrato, em consonância com suas atribuições, para fins de recebimento definitivo do objeto;
- XXVI- Recusar formalmente o serviço ou fornecimento irregular ou em desconformidade com as condições previstas no Edital de licitação, na proposta da contratada e no instrumento de Contrato e seus anexos;
- XXVII- Comunicar formalmente ao Gestor de Contrato a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão de fato superveniente ou outro qualquer, que possa comprometer a execução contratual e seu efetivo resultado;
- XXVIII- Dar ciência ao Gestor de Contrato, com antecedência razoável, conforme prazo previsto em Contrato, da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as justificativas apresentadas pela contratada;
- XXIX- Informar ao Gestor de Contrato a ocorrência de inexecução total ou parcial do Contrato ou, ainda, o descumprimento de condições estabelecidas no Edital de licitação ou documento equivalente, que enseje a abertura de processo administrativo para apuração dos fatos.
- XXX- Comunicar ao Gestor de Contrato, formalmente e com antecedência, o seu afastamento das atividades de fiscalização para que, caso julgado necessário, seja convocado seu suplente;
- XXXI- Apresentar ao Gestor de Contrato, ao término do Contrato ou quando solicitado, relatório, pronunciando-se pela regular execução do objeto contratado;
- XXXII- Subsidiar de informações a elaboração de atestados, certidões e declarações de capacidade técnica de fornecedores e prestadores de serviços, quando houver solicitação pelo fornecedor;



XXXIII- Solicitar à autoridade superior a contratação de terceiro para auxiliá-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes ao objeto da fiscalização, quando couber;

XXXIV- Acompanhar, em conjunto com o Gestor de Contrato, o saldo quantitativo e financeiro e também o prazo de vigência contratual;

XXXV- Comunicar ao Gestor de Contrato, a qualquer tempo, as ocorrências que possam prejudicar o bom andamento do objeto, as indicações de glosas, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade e demais informações necessárias ao fiel acompanhamento da execução contratual, e com antecedência mínima de 90 (noventa) dias do término da vigência, a necessidade de prorrogações e alterações do Contrato ou a abertura de nova licitação;

XXXVI- Encaminhar ao Gestor de Contrato as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;

XXXVII- Providenciar ao término da execução contratual o arquivamento dos registros dos contratos e encaminhar ao Gestor de Contrato o processo de execução e o respectivo relatório sobre sua conclusão;

XXXVIII- No caso de obras e serviços de engenharia, além das atribuições constantes nos incisos I ao XXXVII:

a) Manter pasta atualizada, com projetos, alvarás, ART's do CREA e/ou RRT's do CAU referente aos projetos arquitetônico e complementares, orçamentos e fiscalização, edital da licitação e respectivo contrato, cronograma físico-financeiro e os demais elementos instrutores;

b) visitar o diário de obras, certificando-se de seu correto preenchimento;

c) verificar a correta construção do canteiro de obras, inclusive quanto aos aspectos ambientais;

XXXVIII - outras atividades compatíveis com a função.

14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1. Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

14.2. Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

14.3. É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

14.4. O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.

14.5. A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

14.6. Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 120 (cento e vinte) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

14.7. Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

14.8. O(a) pregoeiro(a) poderá, no interesse público, relevar faltas meramente formais que não comprometam a lisura e o real conteúdo da proposta, podendo promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do procedimento licitatório, inclusive solicitar pareceres.

14.9. A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e



fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

14.10. O foro é o da Comarca do Município da Lapa-PR, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

15 DISPOSIÇÕES FINAIS SOBRE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

15.1 – As Ordens de Serviço serão enviadas conforme a necessidade, durante o período de validade da Ata, não se obrigando o Município à aquisição total.

15.2 - Conforme disposto no Artigo 200º, do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, haverá realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade da contratação, caso o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado pelo mercado, por motivo superveniente, a administração municipal convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

15.3 – Eventuais adesões à Ata de Registro de Preços deverá seguir o disposto no Artigo 209 do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023. Disponível em: <https://lapa.atende.net/cidadao/pagina/decretos-municipais>.

15.3.1. Fica vedada à participação do órgão ou da entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

15.4 – O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos (Art. 194 § 1º do Decreto Municipal nº 26815 de 31 de março de 2023).

15.4.1. Os contratos que vierem a ser celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços terão vigência de 12 meses, podendo ultrapassar o prazo de vigência da Ata, desde que:

- a) a contratação ocorra durante a vigência da Ata;
- b) a vigência contratual observe os prazos e condições estabelecidos nos artigos 105 a 112 da Lei nº 14.133/2021.

15.4.2. Na hipótese da prorrogação da vigência inicial da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados em relação a cada item, até o limite do quantitativo original, nos termos do Decreto Municipal 26.815 de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal 28.994 de 15 de agosto de 2025.

15.5 – A Prefeitura Municipal da Lapa, responsável pelo Pregão, reserva-se o direito de:

- a) Rejeitar no todo ou em parte o objeto da presente Ata, caso verifique que os mesmos não estejam em conformidade com o estabelecido, sem que caiba qualquer indenização ou ressarcimento à detentora da Ata;
- b) Revogá-lo, no todo ou em parte, sempre que forem verificadas razões de interesse público decorrente de fato superveniente ou de acordo com a oportunidade e conveniência da Administração, devidamente justificados, ou anular o procedimento, quando constatada ilegalidade no seu processamento;
- c) Alterar as condições deste Edital, reabrindo o prazo para apresentação de propostas, na forma da legislação, salvo quando a alteração não afetar a formulação das ofertas;
- d) Adiar o recebimento das propostas, divulgando, mediante aviso público, a nova data.

15.6. Em atenção ao previsto no artigo 156 do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, não é permitida a cotação de quantitativo inferior ao máximo estabelecido no anexo 1 deste edital, tendo em vista a necessidade de padronização do objeto.

15.7. Em atenção ao previsto no artigo 193, § 1º, do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, não é permitida a possibilidade de previsão de preços diferentes. Disponível em lapa.atende.net



15.8. Os preços ofertados são fixos e irrecorríveis, até que atendidas as condições previstas nos artigos 197 e 198 do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, observadas ainda as condições do tópico específico DO REAJUSTE, constante no termo de referência, anexo I do edital e o previsto no §3º, IV, do Artigo 82 da Lei 14.133/2021.

15.9 – Após a homologação do processo, será oportunizado através de campo próprio no sistema àqueles licitantes que desejarem constitui o cadastro de reserva, de que trata o artigo 194, § 4º, do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023.

15.10- As hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços são aquelas constantes nas seções V, VI e VII do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023. Disponível em: <https://lapa.atende.net/cidadao/pagina/decretos-municipais>

15.11 – Casos omissos serão tratados pela Lei 14.133/2021 e suas alterações.

Lapa, 02 de dezembro de 2025.

Marco Antonio Bortoletto

Secretário de Obras, Projetos, Urbanismo Saneamento, Trânsito e Transporte

Edital elaborado por: Alq



ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA
(Processo Administrativo nº25931/2025)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 Aquisição através de Registro de Preços de peças e acessórios de 1ª linha, novas, para máquinas pesadas pertencentes à frota municipal, nos termos da tabela em anexo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento;

LOTE 01 - FILTROS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	34265	FILTRO CÓDIGO 126843 FILTRO CÓDIGO 126843	UNIDADE	6	R\$ 79,50	R\$ 477,00
2	47025	FILTRO AR SEC. CODIGO 100000202845	UNIDADE	6	R\$ 76,00	R\$ 456,00
3	34264	FILTRO CÓDIGO 135491 FILTRO CÓDIGO 135491	UNIDADE	6	R\$ 81,00	R\$ 486,00
4	46867	FILTRO CODIGO 234486	UNIDADE	20	R\$ 94,50	R\$ 1.890,00
5	46868	FILTRO CODIGO 287490	UNIDADE	20	R\$ 133,00	R\$ 2.660,00
6	46869	FILTRO CONDIGO 612499	UNIDADE	10	R\$ 301,00	R\$ 3.010,00
7	46870	FILTRO CODIGO 612500	UNIDADE	10	R\$ 233,67	R\$ 2.336,70
8	46871	FILTRO CODIGO 1174089	UNIDADE	20	R\$ 108,00	R\$ 2.160,00
9	34263	FILTRO CÓDIGO 1209590 FILTRO CÓDIGO 1209590	UNIDADE	6	R\$ 242,50	R\$ 1.455,00
10	46872	FILTRO CODIGO 1209620	UNIDADE	20	R\$ 148,00	R\$ 2.960,00
11	34262	FILTRO CÓDIGO 1292404 FILTRO CÓDIGO 1292404	UNIDADE	6	R\$ 254,00	R\$ 1.524,00
12	46873	FILTRO CODIGO 2036282	UNIDADE	20	R\$ 156,00	R\$ 3.120,00
13	46874	FILTRO CODIGO 32004133	UNIDADE	20	R\$ 205,50	R\$ 4.110,00
14	34261	FILTRO CÓDIGO 218002539 FILTRO CÓDIGO 218002539	UNIDADE	6	R\$ 142,00	R\$ 852,00
15	34259	FILTRO CÓDIGO 218004409 FILTRO CÓDIGO 218004409	UNIDADE	6	R\$ 314,00	R\$ 1.884,00
16	34260	FILTRO CÓDIGO 219000397 FILTRO CÓDIGO 219000397	UNIDADE	6	R\$ 170,33	R\$ 1.021,98
17	34258	FILTRO CÓDIGO 219000751 FILTRO CÓDIGO 219000751	UNIDADE	6	R\$ 317,00	R\$ 1.902,00
18	34256	FILTRO CÓDIGO 2190001057 FILTRO CÓDIGO 2190001057	UNIDADE	6	R\$ 253,33	R\$ 1.519,98
19	34255	FILTRO CÓDIGO 2190001058 FILTRO CÓDIGO 2190001058	UNIDADE	6	R\$ 262,67	R\$ 1.576,02
20	34257	FILTRO CÓDIGO 2190001068 FILTRO CÓDIGO 2190001068	UNIDADE	6	R\$ 253,00	R\$ 1.518,00
21	47038	FILTRO AR INT. CODIGO 32/925683	UNIDADE	8	R\$ 281,00	R\$ 2.248,00
22	47002	FILTRO AR CODIGO 1348726	UNIDADE	4	R\$ 208,50	R\$ 834,00
23	47046	FILTRO AR CODIGO 1402334	UNIDADE	4	R\$ 158,00	R\$ 632,00
24	47044	FILTRO AE BOBCAT CODIGO 6698057	UNIDADE	12	R\$ 290,00	R\$ 3.480,00
25	46994	FILTRO AR BOBCAT CODIGO 6698058	UNIDADE	12	R\$ 253,33	R\$ 3.039,96
26	46921	FILTRO CAT CODIGO 2456375	UNIDADE	6	R\$ 264,00	R\$ 1.584,00
27	37584	FILTRO AR CAT CÓDIGO 2456376 FILTRO AR CAT	UNIDADE	6	R\$ 148,67	R\$ 892,02



		CÓDIGO 2456376				
28	37530	FILTRO AR CC6 CÓDIGO 1304678 FILTRO AR CC6 CÓDIGO 1304678	UNIDADE	6	R\$ 282,00	R\$ 1.692,00
29	37636	FILTRO AR CC6 CÓDIGO 1304679 FILTRO AR CC6 CÓDIGO 1304679	UNIDADE	6	R\$ 224,50	R\$ 1.347,00
30	46990	FILTRO AR COND. CODIGO 7176099	UNIDADE	6	R\$ 171,00	R\$ 1.026,00
31	47083	FILTRO AR COND. CODIGO 8X2925	UNIDADE	4	R\$ 279,67	R\$ 1.118,68
32	47082	FILTRO AR COMD. CODIGO V218004412	UNIDADE	6	R\$ 95,00	R\$ 570,00
33	46927	FILTRO AR EXT. CODIGO 32/925682	UNIDADE	8	R\$ 252,33	R\$ 2.018,64
34	46952	FILTRO AR EXT. JS220 CODIGO 580/120220	UNIDADE	4	R\$ 174,00	R\$ 696,00
35	46922	FILTRO AR EXT. RG 140 ME CODIGO 84286399	UNIDADE	12	R\$ 366,67	R\$ 4.400,04
36	46968	FILTRO AR INT. JS220 CODIGO 580/12021	UNIDADE	4	R\$ 256,67	R\$ 1.026,68
37	47001	FILTRO AR INT. RG 140 ME CODIGO 84286397	UNIDADE	12	R\$ 171,50	R\$ 2.058,00
38	47202	FILTRO AR PRI CÓDIGO 10000202844	UNIDADE	6	R\$ 335,50	R\$ 2.013,00
39	47098	FILTRO CABINE JS220 32/925775	UNIDADE	4	R\$ 306,67	R\$ 1.226,68
40	37582	FILTRO CAT CÓDIGO 3261644 FILTRO CAT CÓDIGO 3261644	UNIDADE	6	R\$ 341,67	R\$ 2.050,02
41	47203	FILTRO CCV JS 220 CÓDIGO 320/07853	UNIDADE	4	R\$ 294,67	R\$ 1.178,68
42	46950	FILTRO COMB. CODIGO 320/07394	UNIDADE	8	R\$ 229,00	R\$ 1.832,00
43	47205	FILTRO COMB. CÓDIGO 10000202880	UNIDADE	6	R\$ 297,67	R\$ 1.786,02
44	47040	FILTRO COMB. CODIGO 3619554	UNIDADE	4	R\$ 272,00	R\$ 1.088,00
45	46972	FILTRO COMB. CODIGO 1838187	UNIDADE	4	R\$ 106,00	R\$ 424,00
46	47071	FILTRO COMB BOBCAT CODIGO 6988961	UNIDADE	12	R\$ 170,33	R\$ 2.043,96
47	47006	FILTRO COMB. BOBCAT CODIGO 6667352	UNIDADE	12	R\$ 167,50	R\$ 2.010,00
48	46925	FILTRO COMB. CAT.CODIGO 1R0762	UNIDADE	6	R\$ 296,00	R\$ 1.776,00
49	47059	FILTRO COMB. CC6 CODIGO 2481-0927	UNIDADE	6	R\$ 306,50	R\$ 1.839,00
50	47072	FILTRO COMB. GR CODIGO 860113205	UNIDADE	6	R\$ 233,00	R\$ 1.398,00
51	46929	FILTRO CMB. GR CODIGO 860116081	UNIDADE	6	R\$ 342,50	R\$ 2.055,00
52	47068	FILTRO COMB. JS 220 CODIGO 320/07401	UNIDADE	4	R\$ 319,67	R\$ 1.278,68
53	47050	FILTRO COMB. JS220 CODIGO 32/926081	UNIDADE	4	R\$ 319,67	R\$ 1.278,68
54	47073	FILTRO COMBUSTÍVEL RG 140 CODIG 4897897	UNIDADE	12	R\$ 270,50	R\$ 3.246,00
55	47096	FILTRO HIDR. CODIGO 2531-5152	UNIDADE	12	R\$ 399,33	R\$ 4.791,96
56	47031	FILTRO HIDR. CODIGO 2531-5150	UNIDADE	12	R\$ 402,00	R\$ 4.824,00
57	47095	FILTRO HIDR. CODIGO 32/925346	UNIDADE	8	R\$ 374,00	R\$ 2.992,00
58	47094	FILTRO HIDR. CODIGO V218004409	UNIDADE	6	R\$ 391,50	R\$ 2.349,00



59	47028	FILTRO HIDR. CODIGO 200-3259	UNIDADE	4	R\$ 197,33	R\$ 789,32
60	47041	FILTRO HIDR. BOBCAT CODIGO 6515541	UNIDADE	12	R\$ 230,33	R\$ 2.763,96
61	47075	FILTRO HIR. BRI CODIGO 2531-5152	UNIDADE	6	R\$ 341,50	R\$ 2.049,00
62	46947	FILTRO HIDR. BRI CODIGO 2531-5150	UNIDADE	6	R\$ 348,67	R\$ 2.092,02
63	46944	FILTRO HIDR. BRI CODIGO 2579-0009	UNIDADE	6	R\$ 410,00	R\$ 2.460,00
64	47008	FILTRO HIDR. GR CODIGO 80319035	UNIDADE	6	R\$ 347,50	R\$ 2.085,00
65	47019	FILTRO HINDR. JS220 CODIGO 335/C7872	UNIDADE	4	R\$ 253,33	R\$ 1.013,32
66	47206	FILTRO HIDR. RETORNO GR CODIGO 803190287	UNIDADE	12	R\$ 286,33	R\$ 3.435,96
67	47047	FILTRO HIDR. SUCÇÃO GR CODIGO 803112558	UNIDADE	12	R\$ 367,33	R\$ 4.407,96
68	47011	FILTR LUB CODIGO 320/04133A	UNIDADE	8	R\$ 265,00	R\$ 2.120,00
69	47093	FILTRO LUB CODIGO 100000202757	UNIDADE	6	R\$ 352,63	R\$ 2.115,78
70	47092	FILTRO LUB CODIGO 7W2326	UNIDADE	4	R\$ 235,00	R\$ 940,00
71	47091	FILTRO LUB CODIGO 1R0714	UNIDADE	4	R\$ 228,00	R\$ 912,00
72	47077	FILTRO LUB BOBCAT CODIGO 6678233	UNIDADE	12	R\$ 203,67	R\$ 2.444,04
73	46942	FILTRO LUB CC6 CODIGO 2481-0675	UNIDADE	6	R\$ 302,00	R\$ 1.812,00
74	47078	FILTRO LUB GR CODIGO 860113207	UNIDADE	6	R\$ 314,50	R\$ 1.887,00
75	46967	FILTRO LUB JS220 CODIGO 320/04133	UNIDADE	4	R\$ 251,00	R\$ 1.004,00
76	47207	FILTRO LUB. DI 200 CODIGO 650551032A	UNIDADE	12	R\$ 305,00	R\$ 3.660,00
77	47045	FILTRO LUB. RG 140 CODIGO 87803260	UNIDADE	12	R\$ 285,33	R\$ 3.423,96
78	37590	FILTRO MUSTANG CODIGO 184146 FILTRO MUSTANG CODIGO 184146	UNIDADE	8	R\$ 297,00	R\$ 2.376,00
79	37591	FILTRO MUSTANG CODIGO 184195 FILTRO MUSTANG CODIGO 184195	UNIDADE	8	R\$ 241,00	R\$ 1.928,00
80	37592	FILTRO MUSTANG CODIGO 19558 FILTRO MUSTANG CODIGO 19558	UNIDADE	8	R\$ 217,00	R\$ 1.736,00
81	37593	FILTRO MUSTANG CODIGO 74830 FILTRO MUSTANG CODIGO 74830	UNIDADE	8	R\$ 290,33	R\$ 2.322,64
82	37594	FILTRO MUSTANG CODIGO 245005 FILTRO MUSTANG CODIGO 245005	UNIDADE	8	R\$ 268,67	R\$ 2.149,36
83	37595	FILTRO MUSTANG CODIGO 193024 FILTRO MUSTANG CODIGO 193024	UNIDADE	8	R\$ 307,33	R\$ 2.458,64
84	46993	FILTRO PRIMÁRIO CODIGO 2277448	UNIDADE	4	R\$ 299,67	R\$ 1.198,68
85	37477	FILTRO RG 140 ME CODIGO 87803260 FILTRO RG 140 ME CODIGO 87803260	UNIDADE	10	R\$ 237,50	R\$ 2.375,00
86	37478	FILTRO RG 140 ME CODIGO 84412164 FILTRO RG 140 ME CODIGO 84412164	UNIDADE	10	R\$ 193,67	R\$ 1.936,70
87	47090	FILTRO SEC. CODIGO 2277449	UNIDADE	4	R\$ 242,67	R\$ 970,68
88	47010	FILTRO SEDIMENTADOR GR	UNIDADE	6	R\$ 250,33	R\$ 1.501,98



		CODIGO 800141037				
89	47089	FILTRO SEPARADOR CODIGO 581/M8564	UNIDADE	8	R\$ 222,00	R\$ 1.776,00
90	47088	FILTRO SEPARADOR CODIGO 2289130	UNIDADE	4	R\$ 280,00	R\$ 1.120,00
91	47060	FILTRO SEPARADOR CAT CODIGO 1749570	UNIDADE	6	R\$ 304,33	R\$ 1.825,98
92	47112	FILTRO SEPARADOR CC6 CODIGO 2481-0673	UNIDADE	6	R\$ 350,33	R\$ 2.101,98
93	47208	FILTRO SEPARADOR RG 140ME CODIGO 87435525	UNIDADE	12	R\$ 284,00	R\$ 3.408,00
94	46945	FILTRO TRAM CODIGO 219000751	UNIDADE	6	R\$ 234,67	R\$ 1.408,02
						Soma:
						R\$ 183.071,36

LOTE 02 – BOMBAS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	34285	BOMBA CÓDIGO 75323556 BOMBA CÓDIGO 75323556	UNIDADE	4	R\$ 4.400,00	R\$ 17.600,00
2	34286	BOMBA CÓDIGO 73162806 BOMBA CÓDIGO 73162806	UNIDADE	4	R\$ 4.400,00	R\$ 17.600,00
3	34287	BOMBA D'ÁGUA CÓDIGO 147071A1 BOMBA D'ÁGUA CÓDIGO 147071A1	UNIDADE	2	R\$ 520,00	R\$ 1.040,00
4	47101	BOMBA HIDR. CODIGO 87738824	UNIDADE	4	R\$ 5.900,00	R\$ 23.600,00
5	46953	BOMBA HIDR. DOOSAN CODIGO K1015172A	UNIDADE	4	R\$ 6.200,00	R\$ 24.800,00
6	47209	CONJUNTO BOMBA MANUAL DI 200 CODIGO K1006520	UNIDADE	4	R\$ 708,00	R\$ 2.832,00
						Soma:
						R\$ 87.472,00

LOTE 03 – COMPRESSORES

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	47086	COMPRESSOR 120K CODIGO 328-2062-163-0872	UNIDADE	2	R\$ 5.720,00	R\$ 11.440,00
2	47026	COMPRESSOR AR CODIGO 440205-00070	UNIDADE	4	R\$ 3.200,00	R\$ 12.800,00
3	46995	COMPRESSOR AR CODIGO 218004354	UNIDADE	4	R\$ 3.900,00	R\$ 15.600,00
4	46978	COMPRESSOR AR CODIGO 8430-4794	UNIDADE	12	R\$ 2.797,00	R\$ 33.564,00
5	47067	COMPRESSOR HAMM CODIGO 1270850	UNIDADE	2	R\$ 5.700,00	R\$ 11.400,00
6	46932	COMPRESSOR HYUNDAI 11Q6-90040	UNIDADE	2	R\$ 4.100,00	R\$ 8.200,00
7	46930	COMPRESSOR JCB CODIGO 320/08563	UNIDADE	2	R\$ 3.100,00	R\$ 6.200,00
8	46924	COMPRESSOR JCB CODIGO 320/08562	UNIDADE	2	R\$ 3.100,00	R\$ 6.200,00
9	47085	COMPRESSOR SCMG CODIGO 860143086	UNIDADE	2	R\$ 5.600,00	R\$ 11.200,00
						Soma:
						R\$ 116.604,00



LOTE 4 - CONDENSADORES

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	47051	CONDENSADOR CODIGO 100000197961	UNIDADE	2	R\$ 4.025,00	R\$ 8.050,00
2	46997	CONDENSADOR CODIGO 8764-2958	UNIDADE	12	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00
3	47211	CONDENSADOR 120K CÓDIGO 295-4431-251-0982	UNIDADE	2	R\$ 8.500,00	R\$ 17.000,00
4	46961	CONDENSADOR JCB CODIGO 30/925766	UNIDADE	2	R\$ 3.500,00	R\$ 7.000,00
5	46979	CONDENSADOR XCMG CODIGO 860143082	UNIDADE	2	R\$ 5.500,00	R\$ 11.000,00
						Soma:
						R\$ 81.450,00

LOTE 5 - MOTOR HIDRÁULICO E PROPUSORA

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	34669	MOTOR HIDRÁULICO CÓDIGO 73162805 MOTOR HIDRÁULICO CÓDIGO 73162805	UNIDADE	4	R\$ 4.200,00	R\$ 16.800,00
2	47212	MOTOR LIMPADOR CÓDIGO 84322804	UNIDADE	4	R\$ 2.700,00	R\$ 10.800,00
3	46926	MOTOR VENTILADOR DOOSAN CODIGO 400702-0033	UNIDADE	2	R\$ 2.200,00	R\$ 4.400,00
4	47034	PISTOLA/VÁLVULA P/ PROPULSORA DE GRAXA, ROSCA 1/8 ENTRADA E SAÍDA, PRESSÃO MAX P/TRABALHO = < 7500.PSI/ 517 BAR, COM EXTENSÃO RÍGIDA E MANGOTE FLEXÍVEL.	UNIDADE	8	R\$ 509,00	R\$ 4.072,00
5	46948	PROPULSORA DE GRAXA, APLICAÇÃO EM RESERVATÓRIO 170/200 KG;LUBRIFIL 1/2", CONJUNTO SILENCIADOR;FILTRO REGULADOR DE AR;BLOCO MOTOR EM ALUMINIO ANODIZADO; FILTRO INTERNO NO SISTEMA DE SUÇÃO, VAZÃO LIVRE IGUAL OU SUPERIOR A 9.00KG MIN; RATEIO IGUAL OU SUPERIOR A 50:1, ENTRADA DE AR 1/2" ROSCA NPT, SAIDA DO PRODUTO MF 1/4" JIC9INTERNO0;PRESSÃO DE TRABALHO IGUAL OU SUPERIOR 80-100PSI(5,5-6,9 BAR) ;PRESSÃO DE SAÍDA IGUAL OU SUPERIOR A 4000-5000PSI(276-345 BAR);CONSUMO PCM;COMPATIVRL COM GRAXA ATÉ GRAU NLGI-3	UNIDADE	1	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00
6	47052	PROPULSORA DE GRAXA, FILTRO REGULADOR DE AR;BLOCO DO MOTOR EM ALUMINIO ANODIZADO;CONJUNTO SILENCIADOR;VAZÃO LIVRE IGUAL OU SUPERIOR A 1,58 KG/MIN;RATEIO IGUAL OU	UNIDADE	1	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00



		SUPERIOR 60:1;ENTRADA AR 1/4" ROSCA NPT; SAÍDA DO PRODUTO MF 1/4" JIC(INTERNO),PRESSÃO DE TRABALHO IGUAL OU SUPERIOR A 800-100PSI;PRESSÃO DE SAÍDA 4800-6000PSI(331-413BAR);CONSUMO AR 10.PCM; COMPATÍVEL COM GRAXA ATÉ GRAU NLGI2				
						Soma: R\$ 47.072,00

LOTE 6 – RODAS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	46912	RODA CODIGO 75267200	UNIDADE	2,00000	R\$ 4.500,00	R\$ 9.000,00
2	46913	RODA CODIGO 75259089	UNIDADE	2,00000	R\$ 4.500,00	R\$ 9.000,00
						Soma: R\$ 18.000,00

LOTE 7 – TURBINAS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	34282	TURBINA CÓDIGO J537133	UNIDADE	1	R\$ 6.722,50	R\$ 6.722,50
2	47015	TURBINA FTP CODIGO 48955141	UNIDADE	2	R\$ 6.722,50	R\$ 13.445,00
						Soma: R\$ 20.167,50

LOTE 8 – VÁLVULAS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	46970	VALVULA BLOK CODIGO 410116-00098	UNIDADE	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
2	47064	VALVULA BLOK 23B-0415	UNIDADE	2	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
3	47081	VALVULA BLOK 21800-4330	UNIDADE	2	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00
4	47079	VÁLVULA FREIO CODIGO 2G1034	UNIDADE	6	R\$ 522,00	R\$ 3.132,00
5	47017	VALVULA HAMM CODIGO 1263404	UNIDADE	2	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00
6	47005	VALVULA HYUNDAI CODIGO 11Q6-90551	UNIDADE	2	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00
7	46963	VALVULA RG140 CODIGO 8432-7179	UNIDADE	6	R\$ 1.300,00	R\$ 7.800,00
8	46956	VALVULA RG140 CODIGO 301803R1	UNIDADE	6	R\$ 1.300,00	R\$ 7.800,00
						Soma: R\$ 33.132,00

LOTE 9 – VIDROS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	47053	VIDRO PORTA LH 8440-9553	UNIDADE	4	R\$ 3.700,00	R\$ 14.800,00



2	46958	VIDRO PORTA RH CODIGO 8440-9552	UNIDADE	4	R\$ 3.700,00	R\$ 14.800,00
						Soma: R\$ 29.600,00

LOTE 10 – LÂMINAS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	37533	LAMINA CÓDIGO 370160077 LAMINA CÓDIGO 370160077	UNIDADE	2	R\$ 1.900,00	R\$ 3.800,00
2	37534	LAMINA CÓDIGO 370160026 LAMINA CÓDIGO 370160026	UNIDADE	2	R\$ 2.026,00	R\$ 4.052,00
3	34318	LÂMINA CÓDIGO 2Y3939 LÂMINA CÓDIGO 2Y3939	UNIDADE	2	R\$ 1.865,50	R\$ 3.731,00
4	47118	LÂMINA 3/4 X 13 FUROS CURVA CODIGO 5D9558	UNIDADE	260	R\$ 1.043,00	R\$ 271.180,00
5	47213	LÂMINA 3/4 X 8 FUROS X 3/4 CÓDIGO 9J3657	UNIDADE	30	R\$ 1.043,00	R\$ 31.290,00
6	47049	LÂMINA 5/8" 10F BOBCAT CODIGO 6805367	UNIDADE	8	R\$ 930,00	R\$ 7.440,00
7	47119	PARAFUSO LÂMINA 3F5108	UNIDADE	3380	R\$ 11,00	R\$ 37.180,00
8	46984	PARAFUSO LÂMINA CODIGO 6704903N	UNIDADE	200	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
9	47214	PARAFUSO LÂMINA 3/4 CÔ- DIGO 5J4773	UNIDADE	240	R\$ 12,33	R\$ 2.959,20
10	46973	PORCA LÂMINA CODIGO 4K0367	UNIDADE	3380	R\$ 4,67	R\$ 15.784,60
11	47063	PORCA LÂMINA CODIGO 850000008BN	UNIDADE	200	R\$ 4,67	R\$ 934,00
12	47066	PORCA LÂMINA 3/4 CODIGO 2J3506	UNIDADE	240	R\$ 5,50	R\$ 1.320,00
						Soma: R\$ 381.870,80

LOTE 11 - PEÇAS DIVERSAS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	46935	ALAVANCA COM CABO HAMM CODIGO 2026478	UNIDADE	2	R\$ 821,00	R\$ 1.642,00
2	37541	AMORTECEDOR CÓDIGO 87559372 AMORTECEDOR CÓDIGO 87559372	UNIDADE	18	R\$ 326,33	R\$ 5.873,94
3	37480	ARRUELA CÓDIGO 381543 ARRUELA CÓDIGO 381543	UNIDADE	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
4	47029	ARRUELA CANTO CODIGO 1420/0014Z	UNIDADE	30	R\$ 3,00	R\$ 90,00
5	47127	ARRUELA DE TRAVA CODI- GO 980/84672	UNIDADE	30	R\$ 8,00	R\$ 240,00
6	47215	ARRUELA DI 200 CÓDIGO 4114-1930	UNIDADE	8	R\$ 8,00	R\$ 64,00
7	37575	ARRUELA DL200 CÓDIGO 1030488 ARRUELA DL200 CÓDIGO 1030488	UNIDADE	8	R\$ 8,00	R\$ 64,00
8	47030	ARRUELA DO ROLETE CO- DIGO 2372-0019	UNIDADE	120	R\$ 8,00	R\$ 960,00
9	46914	ARRUELA TRAVA HYUNDAI CODIGO 61ES-11150	UNIDADE	50	R\$ 8,00	R\$ 400,00
10	34292	BARRA DE DIREÇÃO CÔDI- GO 9D6521 BARRA DE DI- REÇÃO CÓDIGO 9D6521	UNIDADE	4	R\$ 1.350,00	R\$ 5.400,00
11	46900	BARRA INFERIOR CODIGO 75266787	UNIDADE	24	R\$ 1.307,00	R\$ 31.368,00
12	46901	BARRA SUPERIOR CODIGO	UNIDADE	12	R\$ 1.307,00	R\$ 15.684,00



		75266817				
13	46955	BARRA TOMB CODIGO 8D5949	UNIDADE	2	R\$ 1.107,00	R\$ 2.214,00
14	47043	BATENTE DA PORTA CODIGO 76303588	UNIDADE	20	R\$ 102,00	R\$ 2.040,00
15	47115	BICO P/ ENGREGADEIRA CODIGO 1G100	UNIDADE	200	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
16	47216	BOBINA VELOC. HAMM CODIGO 2031439	UNIDADE	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
17	47080	BRAÇADEIRA CODIGO J903652	UNIDADE	4	R\$ 105,00	R\$ 420,00
18	47122	BRAÇADEIRA CODIGO A162896	UNIDADE	4	R\$ 111,00	R\$ 444,00
19	46996	BRAÇO LIMPADOR CODIGO 84323981	UNIDADE	6	R\$ 205,00	R\$ 1.230,00
20	34279	BUCHA CÓDIGO 73124552 BUCHA CÓDIGO 73124552	UNIDADE	20	R\$ 185,00	R\$ 3.700,00
21	37573	BUCHA BALANCEIRODL200 CÓDIGO 4110-1410 BUCHA BALANCEIRODL200 CÓDIGO 4110-1410	UNIDADE	8	R\$ 215,00	R\$ 1.720,00
22	37535	CABO ACELERADOR CÓDIGO 910/60176 CABO ACELERADOR CÓDIGO 910/60176	UNIDADE	6	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
23	34308	CAÇAMBA CÓDIGO 98088295 CAÇAMBA CÓDIGO 98088295	UNIDADE	2	R\$ 34.255,00	R\$ 68.510,00
24	46894	CANTO CODIGO 75241478	UNIDADE	30	R\$ 250,50	R\$ 7.515,00
25	46923	CANTO DA LAMINA CODIGO 8E5529	UNIDADE	8	R\$ 233,67	R\$ 1.869,36
26	37571	CANTO HYUNDAI CÓDIGO 63E1-3533GG CANTO HYUNDAI CÓDIGO 63E1-3533GG	UNIDADE	6	R\$ 675,00	R\$ 4.050,00
27	37572	CANTO HYUNDAI CÓDIGO 63E1-3534GG CANTO HYUNDAI CÓDIGO 63E1-3534GG	UNIDADE	6	R\$ 675,00	R\$ 4.050,00
28	37515	CANTO L.D CÓDIGO 2027063171 CANTO L.D CÓDIGO 2027063171	UNIDADE	6	R\$ 357,50	R\$ 2.145,00
29	46974	CANTO L.D CODIGO 335/G5468	UNIDADE	5	R\$ 357,50	R\$ 1.787,50
30	37514	CANTO L.E CÓDIGO 2027063161 CANTO L.E CÓDIGO 2027063161	UNIDADE	6	R\$ 283,33	R\$ 1.699,98
31	47061	CANTO L.E CODIGO 335/G5467	UNIDADE	5	R\$ 335,00	R\$ 1.675,00
32	34311	CHAPA CÓDIGO 75248810 CHAPA CÓDIGO 75248810	UNIDADE	150	R\$ 108,33	R\$ 16.249,50
33	34312	CHAPA CÓDIGO 75248811 CHAPA CÓDIGO 75248811	UNIDADE	120	R\$ 106,67	R\$ 12.800,40
34	46902	CHAPA CODIGO 75248807	UNIDADE	60	R\$ 111,67	R\$ 6.700,20
35	46987	CHAPA HAVMN CODIGO 1498819	UNIDADE	4	R\$ 480,00	R\$ 1.920,00
36	34314	CHAVE CÓDIGO 7N0719 CHAVE CÓDIGO 7N0719	UNIDADE	2	R\$ 171,00	R\$ 342,00
37	34315	CHAVE CÓDIGO 9G7641 CHAVE CÓDIGO 9G7641	UNIDADE	2	R\$ 114,00	R\$ 228,00
38	47054	CHAVES DE IGNIÇÃO CNH CODIGO 79073030	UNIDADE	2	R\$ 310,00	R\$ 620,00
39	47116	CHAVE GERAL HAMM CODIGO 1203894	UNIDADE	6	R\$ 350,00	R\$ 2.100,00
40	46957	CHVE DE IGNIÇÃO CAT CODIGO 5P8500	UNIDADE	6	R\$ 97,00	R\$ 582,00
41	46951	CHAVE IGNIÇÃO HAMM CODIGO 367125	UNIDADE	6	R\$ 97,00	R\$ 582,00
42	47018	CHAVE IGNIÇÃO HYUNDAI CODIGO 21N410400K	UNIDADE	4	R\$ 97,00	R\$ 388,00



43	47117	CHAVE IGNIÇÃO JCB CODIGO 701/45501	UNIDADE	6	R\$ 97,00	R\$ 582,00
44	47217	CHAVE IGNIÇÃO KOMATSU CÓDIGO 110-0304	UNIDADE	6	R\$ 97,00	R\$ 582,00
45	37589	CILINDRO DE DIREÇÃO CASE CÓDIGO 87632371 CILINDRO DE DIREÇÃO CASE CÓDIGO 87632371	UNIDADE	6	R\$ 1.368,00	R\$ 8.208,00
46	46940	CONJ. ROLAMENTO CODIGO 8766-3318	UNIDADE	6	R\$ 350,00	R\$ 2.100,00
47	34295	COPO CÓDIGO 75327649 COPO CÓDIGO 75327649	UNIDADE	2	R\$ 137,00	R\$ 274,00
48	37579	COROA CASE CÓDIGO 75258894 COROA CASE CÓDIGO 75258894	UNIDADE	6	R\$ 2.900,00	R\$ 17.400,00
49	47123	COTOVELO CODIGO 48955141	UNIDADE	6	R\$ 513,00	R\$ 3.078,00
50	47058	COTOVELO ESCAPE FTP CODIGO 84033791	UNIDADE	6	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00
51	34274	COXIM CÓDIGO 1487116 COXIM CÓDIGO 1487116	UNIDADE	30	R\$ 359,00	R\$ 10.770,00
52	47000	COXIM CODIGO 7316-3866	UNIDADE	12	R\$ 112,00	R\$ 1.344,00
53	46969	CRUZETA CODIGO 75288824	UNIDADE	12	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
54	47111	CRUZETA CODIGO 140102-00005	UNIDADE	12	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
55	37576	CRUZETA C/PARAFUSO DL200 CÓDIGO 110900044 CRUZETA C/PARAFUSO DL200 CÓDIGO 110900044	UNIDADE	12	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
56	37538	CRUZETA JCB CÓDIGO 914/56401 CRUZETA JCB CÓDIGO 914/56401	UNIDADE	8	R\$ 279,50	R\$ 2.236,00
57	37542	CUNHA CÓDIGO 6008022 CUNHA CÓDIGO 6008022	UNIDADE	4	R\$ 1.900,00	R\$ 7.600,00
58	37543	CUNHA CÓDIGO 6008021 CUNHA CÓDIGO 6008021	UNIDADE	4	R\$ 1.900,00	R\$ 7.600,00
59	46895	DENTE CODIGO 53103208	UNIDADE	30	R\$ 259,67	R\$ 7.790,10
60	46896	DENTE CODIGO 53103209	UNIDADE	30	R\$ 259,67	R\$ 7.790,10
61	46897	DENTE CODIGO 53103205	UNIDADE	120	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00
62	34271	DENTE CÓDIGO 47134004-B DENTE CÓDIGO 47134004-B	UNIDADE	80	R\$ 235,50	R\$ 18.840,00
63	34272	DENTE CÓDIGO 47134005-B DENTE CÓDIGO 47134005-B	UNIDADE	20	R\$ 128,50	R\$ 2.570,00
64	34530	DENTE CÓDIGO 47133006-B DENTE CÓDIGO 47133006-B	UNIDADE	20	R\$ 287,67	R\$ 5.753,40
65	37532	DENTE C/PARAFUSO E PORCA CÓDIGO 1358203 DENTE C/PARAFUSO E PORCA CÓDIGO 1358203	UNIDADE	50	R\$ 261,00	R\$ 13.050,00
66	47032	DENTE JS220 CODIGO 980/8470	UNIDADE	30	R\$ 274,00	R\$ 8.220,00
67	46903	DISCO CODIGO 6Y7915	UNIDADE	100	R\$ 135,00	R\$ 13.500,00
68	46904	DISCO CODIGO 8D8794	UNIDADE	60	R\$ 235,00	R\$ 14.100,00
69	37481	DISCO DE ARRASTAMENTO CÓDIGO 1513354 DISCO DE ARRASTAMENTO CÓDIGO 1513354	UNIDADE	2	R\$ 1.368,00	R\$ 2.736,00
70	47110	EIXO CODIGO 75255725	UNIDADE	6	R\$ 513,00	R\$ 3.078,00
71	47109	EIXO CNH CODIGO 73125501	UNIDADE	6	R\$ 950,00	R\$ 5.700,00
72	46943	ELÉTRO VENTONINHA VA09-BP50/C/I-27A/24V	UNIDADE	2	R\$ 2.100,00	R\$ 4.200,00
73	47014	EMB. VISCOSA CODIGO 336/B8827	UNIDADE	2	R\$ 2.100,00	R\$ 4.200,00
74	34313	ENGRENAGEM CÓDIGO	UNIDADE	6	R\$ 969,00	R\$ 5.814,00



		8D8787 ENGRENAGEM CÓDIGO 8D8787				
75	37637	ENGRENAGEM CÓDIGO 240300223 ENGRENAGEM CÓDIGO 240300223	UNIDADE	4	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00
76	34276	ESFERA CÓDIGO 75326511 ESFERA CÓDIGO 75326511	UNIDADE	60	R\$ 283,67	R\$ 17.020,20
77	37482	ESTRELA DE ARRASTAMENTO CÓDIGO 1535501 ESTRELA DE ARRASTAMENTO CÓDIGO 1535501	UNIDADE	2	R\$ 2.600,00	R\$ 5.200,00
78	37596	FECHADURA CASE C/ PARAFUSO CÓDIGO 366176º2 FECHADURA CASE C/ PARAFUSO CÓDIGO 366176º2	UNIDADE	12	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00
79	34277	FORQUILHA CÓDIGO 75248662 FORQUILHA CÓDIGO 75248662	UNIDADE	4	R\$ 820,00	R\$ 3.280,00
80	46976	FUSIVEL HAMM CODIGO 1293001	UNIDADE	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00
81	46975	FUSIVEL HAMM CODIGO 1286919	UNIDADE	10	R\$ 6,00	R\$ 60,00
82	46985	GRAXEIRA 3/8 45º CODIGO S/ CODIGO	UNIDADE	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
83	47007	GRAXEIRA 3/8 90% CODIGO 70915276	UNIDADE	200	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
84	47056	GRAXEIRA 3/8 RETA CODIGO 13407211	UNIDADE	300	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
85	47124	GUIA COMPLETA CODIGO 87618962	UNIDADE	30	R\$ 1.129,00	R\$ 33.870,00
86	37526	HASTE CÓDIGO 75220710 HASTE CÓDIGO 75220710	UNIDADE	6	R\$ 1.254,00	R\$ 7.524,00
87	37539	JUNTA 120K CÓDIGO 261-3816 JUNTA 120K CÓDIGO 261-3816	UNIDADE	4	R\$ 285,00	R\$ 1.140,00
88	47102	JUNTA CATER EMBORRACHADA CODIGO 76195491	UNIDADE	4	R\$ 627,00	R\$ 2.508,00
89	46899	JUNTA ESÉRICA CODIGO 6G1780	UNIDADE	4	R\$ 296,00	R\$ 1.184,00
90	37550	KIT VEDAÇÃO MARTELO ROMPEDOR CÓDIGO 80005 KIT VEDAÇÃO MARTELO ROMPEDOR CÓDIGO 80005	UNIDADE	2	R\$ 1.368,00	R\$ 2.736,00
91	37544	MANDIBULA CÓDIGO 600-8011E MANDIBULA CÓDIGO 600-8011E	UNIDADE	2	R\$ 36.900,00	R\$ 73.800,00
92	37545	MANDIBULA CÓDIGO 600-8012E MANDIBULA CÓDIGO 600-8012E	UNIDADE	2	R\$ 36.900,00	R\$ 73.800,00
93	34304	MANGUEIRA CÓDIGO 75240636 MANGUEIRA CÓDIGO 75240636	UNIDADE	30	R\$ 130,00	R\$ 3.900,00
94	34305	MANGUEIRA CÓDIGO 73162680 MANGUEIRA CÓDIGO 73162680	UNIDADE	10	R\$ 145,00	R\$ 1.450,00
95	34306	MANGUEIRA CÓDIGO 75324694 MANGUEIRA CÓDIGO 75324694	UNIDADE	10	R\$ 165,00	R\$ 1.650,00
96	47194	MANGUEIRA SANFONADA CÓDIGO 8418-5649	UNIDADE	12	R\$ 211,00	R\$ 2.532,00
97	34316	MUNHÃO CÓDIGO 2G5689 MUNHÃO CÓDIGO 2G5689	UNIDADE	12	R\$ 382,00	R\$ 4.584,00
98	34317	MUNHÃO CÓDIGO 2G5962 MUNHÃO CÓDIGO 2G5962	UNIDADE	20	R\$ 364,00	R\$ 7.280,00
99	47195	PALHETA CÓDIGO 84322707	UNIDADE	12	R\$ 108,00	R\$ 1.296,00
100	34275	PARAFUSO CÓDIGO	UNIDADE	120	R\$ 14,00	R\$ 1.680,00



		12788479 PARAFUSO CÓDI- GO 12788479				
101	34298	PARAFUSO CÓDIGO J920400 PARAFUSO CÓDIGO J920400	UNIDADE	200	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
102	46905	PARAFUSO CODIGO 75250078	UNIDADE	40	R\$ 17,00	R\$ 680,00
103	37546	PARAFUSO CÓDIGO 600842 PARAFUSO CÓDIGO 600842	UNIDADE	16	R\$ 10,00	R\$ 160,00
104	37547	PARAFUSO CÓDIGO 600843 PARAFUSO CÓDIGO 600843	UNIDADE	16	R\$ 10,00	R\$ 160,00
105	47129	PARAFUSO CANTO CODIGO 1316/4018Z	UNIDADE	30	R\$ 8,50	R\$ 255,00
106	47196	PARAFUSO DE TRAVA CÔ- DIGO 120103	UNIDADE	40	R\$ 14,00	R\$ 560,00
107	37516	PARAFUSO DO CANTO CÔ- DIGO 2083211231 PARAFU- SO DO CANTO CÓDIGO 2083211231	UNIDADE	35	R\$ 9,33	R\$ 326,55
108	37483	PARAFUSO DO COXIM CÔ- DIGO 1278479 PARAFUSO DO COXIM CÓDIGO 1278479	UNIDADE	100	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00
109	37484	PARAFUSO DO COXIM CÔ- DIGO 213985 PARAFUSO DO COXIM CÓDIGO 213985	UNIDADE	100	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00
110	47197	PARAFUSO DE DISCO CÔ- DIGO 1210033	UNIDADE	24	R\$ 14,00	R\$ 336,00
111	47130	PARAFUSO DO ROLETE CODIGO 2372-0018	UNIDADE	120	R\$ 14,00	R\$ 1.680,00
112	37536	PEDAL CÓDIGO 123/07303 PEDAL CÓDIGO 123/07303	UNIDADE	6	R\$ 720,00	R\$ 4.320,00
113	37578	PINHÃO CAT CÓDIGO 2618553 PINHÃO CAT CÔDI- GO 2618553	UNIDADE	2	R\$ 750,00	R\$ 1.500,00
114	47033	PINO DO ROLAMENTO CO- DIGO 8764-7425	UNIDADE	20	R\$ 14,00	R\$ 280,00
115	46949	PONTEIRO ROMPEDOR CO- DIGO 8022	UNIDADE	2	R\$ 1.291,00	R\$ 2.582,00
116	37548	PORCA CÓDIGO 22170015 PORCA CÓDIGO 22170015	UNIDADE	32	R\$ 14,00	R\$ 448,00
117	37517	PORCA DO CANTO CÓDIGO 180302228 PORCA DO CAN- TO CÓDIGO 180302228	UNIDADE	35	R\$ 12,33	R\$ 431,55
118	46980	PORCA DO TERMINAL CO- DIGO 210007068	UNIDADE	12	R\$ 17,00	R\$ 204,00
119	46983	RELE CODIGO 87327346	UNIDADE	20	R\$ 165,00	R\$ 3.300,00
120	37486	RESERVATÓRIO RG 140 ME CÓDIGO 84227067 RESER- VATÓRIO RG 140 ME CÔDI- GO 84227067	UNIDADE	4	R\$ 1.650,00	R\$ 6.600,00
121	47024	ROLAMENTO CODIGO 8766- 3317	UNIDADE	20	R\$ 125,00	R\$ 2.500,00
122	47009	ROLETE INFERIOR CODIGO 2723-0017	UNIDADE	24	R\$ 1.350,00	R\$ 32.400,00
123	47020	SENSOR COMB. CODIGO 8743-5649	UNIDADE	12	R\$ 513,00	R\$ 6.156,00
124	47106	SENSOR JS220 CODIGO 334/J9520	UNIDADE	2	R\$ 547,00	R\$ 1.094,00
125	47131	SERENTINA CODIGO 100000071346	UNIDADE	2	R\$ 1.129,00	R\$ 2.258,00
126	34301	SILENCIOSO CÓDIGO 731664453 SILENCIOSO CÔ- DIGO 731664453	UNIDADE	6	R\$ 990,00	R\$ 5.940,00
127	34309	SILENCIOSO CÓDIGO 33160549 SILENCIOSO CÔ- DIGO 33160549	UNIDADE	6	R\$ 990,00	R\$ 5.940,00
128	46999	SILENCIADOR CODIGO	UNIDADE	6	R\$ 990,00	R\$ 5.940,00



		331/60549				
129	46907	SOLENOIDE CODIGO J699521	UNIDADE	6	R\$ 627,00	R\$ 3.762,00
130	47069	SOLENOIDE HYUNDAI CODIGO 61Q6-3132GG	UNIDADE	2	R\$ 627,00	R\$ 1.254,00
131	46908	SUPORTE CODIGO 75243732	UNIDADE	30	R\$ 281,33	R\$ 8.439,90
132	46909	SUPORTE CODIGO 8W4066	UNIDADE	6	R\$ 269,00	R\$ 1.614,00
133	46910	SUPORTE CODIGO 8W4067	UNIDADE	6	R\$ 269,00	R\$ 1.614,00
134	46911	SUPORTE CODIGO 8W1751	UNIDADE	1	R\$ 4.350,00	R\$ 4.350,00
135	47105	SUPORTE CODIGO 8J5299	UNIDADE	12	R\$ 239,50	R\$ 2.874,00
136	47220	SUPORTE HAMM CÓDIGO 2105174	UNIDADE	4	R\$ 1.596,00	R\$ 6.384,00
137	47048	SUPORTE MOTOR L.D CODIGO 8427-6084	UNIDADE	6	R\$ 720,00	R\$ 4.320,00
138	46959	SUPORTE MOTOR L.E CODIGO 7532-7705	UNIDADE	6	R\$ 720,00	R\$ 4.320,00
139	37632	TAMPA CÓDIGO 71103596 TAMPA CÓDIGO 71103596	UNIDADE	12	R\$ 399,00	R\$ 4.788,00
140	47125	TAMPA CODIGO 8764-7427	UNIDADE	20	R\$ 125,00	R\$ 2.500,00
141	37531	TAMPA TANQUE CÓDIGO 228-9130 TAMPA TANQUE CÓDIGO 228-9130	UNIDADE	4	R\$ 239,00	R\$ 956,00
142	47003	TAMPA TANQUE CODIGO 477/0223	UNIDADE	4	R\$ 217,00	R\$ 868,00
143	46931	TAMPA TANQUE 334/J7542	UNIDADE	2	R\$ 114,00	R\$ 228,00
144	37531	TAMPA TANQUE CÓDIGO 228-9130 TAMPA TANQUE CÓDIGO 228-9130	UNIDADE	2	R\$ 155,00	R\$ 310,00
145	47107	TAMPA EXPANSAO CODIGO 334/K0052	UNIDADE	2	R\$ 225,00	R\$ 450,00
146	47055	TAMQUE EXPANSAO CODIGO 128/15696	UNIDADE	4	R\$ 1.050,00	R\$ 4.200,00
147	34288	TERMINAL CÓDIGO 1925104 TERMINAL CÓDIGO 1925104	UNIDADE	20	R\$ 399,00	R\$ 7.980,00
148	34289	TERMINAL CÓDIGO 8408386 TERMINAL CÓDIGO 8408386	UNIDADE	20	R\$ 188,00	R\$ 3.760,00
149	34290	TERMINAL CÓDIGO 9D6524 TERMINAL CÓDIGO 9D6524	UNIDADE	12	R\$ 188,00	R\$ 2.256,00
150	34291	TERMINAL CÓDIGO 9D6523 TERMINAL CÓDIGO 9D6523	UNIDADE	12	R\$ 188,00	R\$ 2.256,00
151	37586	TERMINAL CAT CÓDIGO 1313738 TERMINAL CAT CÓDIGO 1313738	UNIDADE	6	R\$ 188,00	R\$ 1.128,00
152	37585	TERMINAL CAT CÓDIGO 1313737 TERMINAL CAT CÓDIGO 1313737	UNIDADE	6	R\$ 188,00	R\$ 1.128,00
153	37587	TERMINAL CAT CÓDIGO 1313736 TERMINAL CAT CÓDIGO 1313736	UNIDADE	6	R\$ 188,00	R\$ 1.128,00
154	47042	TERMINAL DIRE�AO CODIGO 2190007471	UNIDADE	6	R\$ 638,00	R\$ 3.828,00
155	46988	TIRA DE BRONZE CODIGO 178-1685	UNIDADE	8	R\$ 194,00	R\$ 1.552,00
156	47221	TRAVA DENTE CÓDIGO 980/84671	UNIDADE	50	R\$ 25,67	R\$ 1.283,50
157	47221	TRAVA DENTE CÓDIGO 980/84671	UNIDADE	30	R\$ 28,50	R\$ 855,00
158	34302	TUBO CÓDIGO 75323452 TUBO CÓDIGO 75323452	UNIDADE	12	R\$ 405,00	R\$ 4.860,00
159	34303	TUBO CÓDIGO 75324072 TUBO CÓDIGO 75324072	UNIDADE	12	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
160	34307	TUBO CÓDIGO 87742439 TUBO CÓDIGO 87742439	UNIDADE	6	R\$ 315,00	R\$ 1.890,00
161	34310	TUBO CÓDIGO 33153874	UNIDADE	10	R\$ 268,00	R\$ 2.680,00



		TUBO CÓDIGO 33153874				
162	46966	TUBO CODIGO 8420-1889	UNIDADE	6	R\$ 245,00	R\$ 1.470,00
163	47126	TUBO CODIGO 75252606	UNIDADE	6	R\$ 245,00	R\$ 1.470,00
164	46937	VALVULA CODIGO 314-4018	UNIDADE	2	R\$ 265,00	R\$ 530,00
165	46962	VÁLVULA SOLENOIDE DA ESTEIRA 1042-0115	UNIDADE	2	R\$ 3.200,00	R\$ 6.400,00
166	34294	VEDADOR CÓDIGO 75288848 VEDADOR CÓDIGO 75288848	UNIDADE	20	R\$ 15,00	R\$ 300,00
167	47035	VENTOINHA CODIGO 336/B8828	UNIDADE	2	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
168	47113	CORREIA CODIGO 320/08671	UNIDADE	4	R\$ 117,50	R\$ 470,00
169	47012	CORREIA CODIGO 100000202651	UNIDADE	4	R\$ 127,00	R\$ 508,00
170	46938	CORREIA CODIGO 185-5872	UNIDADE	4	R\$ 140,00	R\$ 560,00
171	47039	CORREIA AR CODIGO 8430- 4790	UNIDADE	12	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00
172	46960	CORREIA AR CODIGO 2106- 1019D25	UNIDADE	6	R\$ 135,00	R\$ 810,00
173	46965	CORREIS SR COND CODIGO 100000208271	UNIDADE	4	R\$ 95,00	R\$ 380,00
174	46939	CORREIA RG 140 CODIGO 4898546	UNIDADE	12	R\$ 95,00	R\$ 1.140,00
175	46891	CORRENTE DO TANDEN CODIGO 5T0735	UNIDADE	1	R\$ 1.812,00	R\$ 1.812,00
176	28762	CORRENTE TANDER 75241029	UNIDADE	12	R\$ 1.824,00	R\$ 21.888,00
177	50750	CANTO CODIGO 75266800	UNIDADE	30	R\$ 175,50	R\$ 5.265,00
178	50751	DENTE CODIGO 75251673	UNIDADE	300	R\$ 144,00	R\$ 43.200,00
179	50752	BOMBA HID DOOSAN CODI- GO 400910-00058	UNIDADE	2	R\$ 10.200,00	R\$ 20.400,00
180	50753	BOMBA CODIGO 73162805	UNIDADE	6	R\$ 10.200,00	R\$ 61.200,00
181	50754	RESERVATÓRIO CODIGO 84227067	UNIDADE	8	R\$ 1.350,00	R\$ 10.800,00
182	46906	SILENCIOSO CODIGO 73164453	UNIDADE	12	R\$ 1.650,00	R\$ 19.800,00
183	50755	RODA CODIGO 87606327	UNIDADE	2	R\$ 5.800,00	R\$ 11.600,00
184	50756	FECHADURA C/ PARAFUSO CODIGO 366176A2	UNIDADE	12	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
185	50757	DENTE CENTRAL CODIGO 5054140	UNIDADE	18	R\$ 706,00	R\$ 12.708,00
186	50758	DENTE LD CODIGO 5054141	UNIDADE	6	R\$ 760,00	R\$ 4.560,00
187	50759	DENTE LE CODIGO 5054142	UNIDADE	6	R\$ 760,00	R\$ 4.560,00
188	50760	LÂMINA 3/4 X 8 FUROS X 3/4 120 K CAT CODIGO 7D1576	UNIDADE	30	R\$ 1.177,00	R\$ 35.310,00
189	50761	TURBINA FTP CODIGO 84349669	UNIDADE	6	R\$ 10.200,00	R\$ 61.200,00
190	50762	CILINDRO DE DIREÇÃO CO- DIGO 87632371	UNIDADE	10	R\$ 7.250,00	R\$ 72.500,00
191	50763	COROA CODIGO 75258894	UNIDADE	12	R\$ 7.700,00	R\$ 92.400,00
192	50764	HASTE DE CILINDRO CODI- GO 71103594	UNIDADE	12	R\$ 2.360,00	R\$ 28.320,00
193	50765	FILTROLUB XS123 CODIGO 860113207	UNIDADE	4	R\$ 547,00	R\$ 2.188,00
194	50766	FILTRO COMB XS123 CODI- GO 860113205	UNIDADE	4	R\$ 285,00	R\$ 1.140,00
195	50767	FILTRO COMB XS123 CODI- GO 800104347	UNIDADE	4	R\$ 248,00	R\$ 992,00
196	50768	FILTRO AR XS123 CODIGO 860135890	UNIDADE	4	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
197	50769	FILTRO HID XS123 CODIGO 803164538	UNIDADE	4	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
198	50770	MOTOR HID XS123 CODIGO 8003004185	UNIDADE	1	R\$ 1.070,00	R\$ 1.070,00



199	50771	COMPRESSOR XS123 CODIGO 803548383	UNIDADE	1	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
200	50772	CONDENSADOR XS123 CODIGO 803587085	UNIDADE	1	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
201	50773	VALVULA BLOCK XS123 CODIGO 803548283	UNIDADE	1	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00
202	50774	CALÇO GR 1803 CODIGO 381601244	UNIDADE	30	R\$ 539,50	R\$ 16.185,00
203	50775	TERMINAL GR1803 CODIGO 380901101	UNIDADE	4	R\$ 603,50	R\$ 2.414,00
204	50776	TERMINAL GR1803 CODIGO 3809001068	UNIDADE	4	R\$ 876,50	R\$ 3.506,00
205	50777	PLACA GR1803 CODIGO 381600374	UNIDADE	20	R\$ 285,00	R\$ 5.700,00
206	50778	PARAFUSO GR1803 CODIGO 805004815	UNIDADE	40	R\$ 24,00	R\$ 960,00
207	50779	FILTRO HD10 CODIGO 251496	UNIDADE	2	R\$ 352,00	R\$ 704,00
208	50780	FILTRO HD10 CODIGO 2164645	UNIDADE	2	R\$ 352,00	R\$ 704,00
209	50781	FILTRO HD10 CODIGO 2091354	UNIDADE	2	R\$ 352,00	R\$ 704,00
210	50782	FILTRO HD10 CODIGO 2127066	UNIDADE	2	R\$ 352,00	R\$ 704,00
211	50783	FILTRO HD10 CODIGO 2127067	UNIDADE	2	R\$ 352,00	R\$ 704,00
						Soma:
						R\$ 1.473.541,18

LOTE 12 - CERDAS

Item	Produto - Código	Produto - Descrição	Unidade - Descrição	Quantidade - Licitada	Cotação - Máx. Unit.	Cotação - Máx. Total
1	50627	CERDAS DE AÇO PARA VASSOURA RECOLHEDORA 165 MM	UNIDADE	3400	R\$ 73,33	R\$ 249.322,00
2	50628	CERDAS DE NYLON PARA VASSOURA RECOLHEDORA 165 MM	UNIDADE	3400	R\$ 67,33	R\$ 228.922,00
3	42486	CERDAS PARA CAPINADEIRA MECÂNICA, CONFECCIONADA EM CABO COM ESPESURA DE 3/4", ALMA DE AÇO, POLIDO, TORÇÃO REGULAR A DIREITA, ARAMES EIPS, FORMAÇÃO 6X19 FIOS, MEDINDO 40 CM DE COMPRIMENTO, COM 03 ANÉIS PRENSADOS NA EXTENSÃO DO CORPO DA CERDA.	UNIDADE	10000	R\$ 73,00	R\$ 730.000,00
						Soma:
						R\$ 1.208.244,00

TOTAL GERAL: R\$ 3.680.224,84

OBS: Em conformidade com o Art. 48, I da Lei Complementar 147/2014, os Lotes 5, 6, 7, 8 e 9 são destinados exclusivamente para ME e EPP. Os demais Lotes são destinados à ampla concorrência.



OBS 2: NO CASO DE ALGUMA DIVERGÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS/ LOTES ENTRE AS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO PREVISTOS NO EDITAL.

1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar;

1.3 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

2.2 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, disponível no link <https://pncp.gov.br/app/pca/76020452000105/2025>.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

a) Não será aceito objeto em desacordo com as especificações constantes deste Termo;

b) As peças deverão ser de PRIMEIRA LINHA e possuir garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

c) Em caso de reposição dentro do prazo de garantia, esta deverá realizar-se em até 24 (vinte e quatro) horas após notificação.

d) A qualidade das peças deverá estar de acordo com os padrões e exigências do INMETRO e demais órgãos fiscalizadores do setor, sendo de grande resistência e com a mesma qualidade das usadas pelas grandes montadoras do país.

Obs: No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

Os materiais, deverão ser entregues, conforme a necessidade no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de compra, no seguinte endereço: Secretaria de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento Trânsito e Transporte, Rua Nossa Senhora de Fátima, 563,



Bairro Estação.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Comunicar à DETENTORA DA ATA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da DETENTORA DA ATA, através de comissão/servidor especialmente designado por cada Secretaria Municipal;

Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

A DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração desta ata de registro de preço.

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº26.815/2023 e poderá ser utilizado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Eficiência no uso de recursos – priorizar peças e componentes que contribuam para o melhor desempenho energético e operacional das máquinas, reduzindo o consumo de combustível e o impacto ambiental decorrente das operações.

4.1.2 Durabilidade e qualidade dos materiais – aquisição de peças e acessórios de 1ª linha, novos e originais, que garantam maior vida útil dos equipamentos, minimizando a geração de resíduos e a necessidade de substituições frequentes.

4.1.3 Sustentabilidade econômica – favorecer a aquisição de produtos com melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do equipamento, considerando a durabilidade, a eficiência e a manutenção preventiva.

Garantia da contratação

4.2 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133.

4.2.1 Garantia do produto: O objeto deverá apresentar garantia conforme Código de Defesa do Consumidor. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, a DETENTORA DA ATA deverá substituí-los no prazo de dois



dias consecutivos. No caso de entrega ou quantidade inferior ao estabelecido pela Prefeitura, a DETENTORA DA ATA deverá também, em dois dias consecutivos, responsabilizar-se-á pela complementação.

5 MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados do(a) recebimento do empenho, na Rua Nossa Senhora de Fátima, 563, Vila Estação, Lapa-PR, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 Referente ao Gestor do Contrato:

6.1.1. O Gestor do Contrato será: Rodrigo Gregoski

6.1.2. analisar a documentação que antecede o pagamento;

6.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

6.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

6.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

6.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

6.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

6.1.8. inserir os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);

6.2 Referente ao Fiscal do Contrato:

6.2.1. O Fiscal do Contrato será: Maurício Berghauser e Julio Cesar Muller

6.2.2. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

6.2.3. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;

6.2.4. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;

6.2.5. receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de proble-



mas na entrega dos bens;

- 6.2.6. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- 6.2.7. verificar a correta aplicação dos materiais;
- 6.2.8. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;
- 6.2.9. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 6.2.10. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade;
- 6.2.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 6.2.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 6.2.13. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei n.º 14.133, de 2021.

7 CRITÉRIO DE PAGAMENTO

Recebimento do Objeto

7.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



7.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 1 dia, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 1 dias úteis.

7.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.10 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;



- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.13 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.14 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento



7.18 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.19 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$	$I = \frac{(6/100)}{365}$	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%.
------------	---------------------------	---

Forma de pagamento

7.20 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na



modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.680.224,84 (três milhões, seiscentos e oitenta mil, duzentos e vinte e quatro reais e oitenta e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela anexa.

Os valores de referência foram obtidos por meio de pesquisas realizadas com quatro potenciais fornecedores, com o objetivo de assegurar a precisão e a atualidade das informações coletadas. Após a consolidação dos dados, verificou-se que os preços apresentados encontram-se **alinhados aos valores praticados no mercado**, refletindo a média atual para o fornecimento de peças e acessórios de 1ª linha destinados a máquinas pesadas pertencentes à frota municipal.

Ressalta-se que a pesquisa de preços contemplou **empresas participantes da última licitação** para o mesmo objeto, bem como **demais fornecedores atuantes no mercado**, de forma a garantir a representatividade e a confiabilidade dos valores apurados.

Assim, conclui-se que a metodologia adotada é adequada, e que os resultados obtidos refletem parâmetros compatíveis com a realidade de mercado, podendo ser utilizados como base para definição do valor estimado da contratação.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Em se tratando de Pregão na modalidade de registro de preços a indicação da dotação fica postergada para o momento anterior a contratação.

11 DESCRIÇÃO COMPLEMENTAR DO PRODUTO

As características do produto devem ser:

AQUISIÇÃO DE PEÇAS MÁQUINAS PESADAS					
LOTE 01					
FILTROS					
ITEM	CÓDIGO	QTDE	DISCRIMINAÇÃO	VALOR UTILIZADO	VALOR TOTAL
1	126843	6	Filtro	R\$ 79,50	R\$ 477,00
2	100000202845	6	Filtro ar sec.	R\$ 76,00	R\$ 456,00
3	135491	6	Filtro	R\$ 81,00	R\$ 486,00



4	234486	20	Filtro	R\$ 94,50	R\$ 1.890,00
5	287490	20	Filtro	R\$ 133,00	R\$ 2.660,00
6	612499	10	Filtro	R\$ 301,00	R\$ 3.010,00
7	612500	10	Filtro	R\$ 233,67	R\$ 2.336,70
8	1174089	20	Filtro	R\$ 108,00	R\$ 2.160,00
9	1209590	6	Filtro	R\$ 242,50	R\$ 1.455,00
10	1209620	20	Filtro	R\$ 148,00	R\$ 2.960,00
11	1292404	6	Filtro	R\$ 254,00	R\$ 1.524,00
12	2036282	20	Filtro	R\$ 156,00	R\$ 3.120,00
13	32004133	20	Filtro	R\$ 205,50	R\$ 4.110,00
14	218002539	6	Filtro	R\$ 142,00	R\$ 852,00
15	218004409	6	Filtro	R\$ 314,00	R\$ 1.884,00
16	219000397	6	Filtro	R\$ 170,33	R\$ 1.021,98
17	219000751	6	Filtro	R\$ 317,00	R\$ 1.902,00
18	2190001057	6	Filtro	R\$ 253,33	R\$ 1.519,98
19	2190001058	6	Filtro	R\$ 262,67	R\$ 1.576,02
20	2190001068	6	Filtro	R\$ 253,00	R\$ 1.518,00
21	32/925683	8	Filtro ar int.	R\$ 281,00	R\$ 2.248,00
22	1348726	4	Filtro ar	R\$ 208,50	R\$ 834,00
23	1402334	4	Filtro ar	R\$ 158,00	R\$ 632,00
24	6698057	12	Filtro ar BOBCAT	R\$ 290,00	R\$ 3.480,00
25	6698058	12	Filtro ar BOBCAT	R\$ 253,33	R\$ 3.039,96
26	2456375	6	Filtro ar CAT	R\$ 264,00	R\$ 1.584,00
27	2456376	6	Filtro ar CAT	R\$ 148,67	R\$ 892,02
28	1304678	6	Filtro ar cc6	R\$ 282,00	R\$ 1.692,00
29	1304679	6	Filtro ar cc6	R\$ 224,50	R\$ 1.347,00
30	7176099	6	Filtro ar cond.	R\$ 171,00	R\$ 1.026,00
31	8X2925	4	Filtro ar cond.	R\$ 279,67	R\$ 1.118,68
32	V218004412	6	Filtro ar cond.	R\$ 95,00	R\$ 570,00
33	32/925682	8	Filtro ar ext.	R\$ 252,33	R\$ 2.018,64



34	580/12020	4	Filtro ar ext. JS220	R\$ 174,00	R\$ 696,00
35	84286399	12	Filtro ar ext. RG 140 me	R\$ 366,67	R\$ 4.400,04
36	580/12021	4	Filtro ar int. JS220	R\$ 256,67	R\$ 1.026,68
37	84286397	12	Filtro ar int. RG 140 me	R\$ 171,50	R\$ 2.058,00
38	100000202844	6	Filtro ar pri	R\$ 335,50	R\$ 2.013,00
39	32/925775	4	Filtro cabine JS220	R\$ 306,67	R\$ 1.226,68
40	3261644	6	Filtro CAT	R\$ 341,67	R\$ 2.050,02
41	320/07853	4	Filtro CCV JS220	R\$ 294,67	R\$ 1.178,68
42	320/07394	8	Filtro comb.	R\$ 229,00	R\$ 1.832,00
43	100000202880	6	Filtro comb.	R\$ 297,67	R\$ 1.786,02
44	3619554	4	Filtro comb.	R\$ 272,00	R\$ 1.088,00
45	1838187	4	Filtro comb.	R\$ 106,00	R\$ 424,00
46	6988961	12	Filtro comb. BOBCAT	R\$ 170,33	R\$ 2.043,96
47	6667352	12	Filtro comb. BOBCAT	R\$ 167,50	R\$ 2.010,00
48	1R0762	6	Filtro comb. cat.	R\$ 296,00	R\$ 1.776,00
49	2481-0927	6	Filtro comb. cc6	R\$ 306,50	R\$ 1.839,00
50	860113205	6	Filtro comb. GR	R\$ 233,00	R\$ 1.398,00
51	860116081	6	Filtro comb. GR	R\$ 342,50	R\$ 2.055,00
52	320/07401	4	Filtro comb. JS 220	R\$ 319,67	R\$ 1.278,68
53	32/926081	4	Filtro comb. JS220	R\$ 319,67	R\$ 1.278,68
54	4897897	12	Filtro combustível RG 140	R\$ 270,50	R\$ 3.246,00
55	2531-5152	12	Filtro hidr.	R\$ 399,33	R\$ 4.791,96
56	2531-5150	12	Filtro hidr.	R\$ 402,00	R\$ 4.824,00
57	32/925346	8	Filtro hidr.	R\$ 374,00	R\$ 2.992,00
58	V218004409	6	Filtro hidr.	R\$ 391,50	R\$ 2.349,00
59	200-3259	4	Filtro hidr.	R\$ 197,33	R\$ 789,32
60	6515541	12	Filtro hidr. BOBCAT	R\$ 230,33	R\$ 2.763,96
61	2531-5152	6	Filtro hidr. bri	R\$ 341,50	R\$ 2.049,00
62	2531-5150	6	Filtro hidr. bri	R\$ 348,67	R\$ 2.092,02
63	2579-0009	6	Filtro hidr. bri	R\$ 410,00	R\$ 2.460,00



64	80319035	6	Filtro hidr. GR	R\$ 347,50	R\$ 2.085,00
65	335/C7872	4	Filtro hidr. JS220	R\$ 253,33	R\$ 1.013,32
66	803190287	12	Filtro hidr. retorno GR	R\$ 286,33	R\$ 3.435,96
67	803112558	12	Filtro hidr. sucção GR	R\$ 367,33	R\$ 4.407,96
68	320/04133A	8	Filtro lub	R\$ 265,00	R\$ 2.120,00
69	100000202757	6	Filtro lub	R\$ 352,63	R\$ 2.115,78
70	7W2326	4	Filtro lub	R\$ 235,00	R\$ 940,00
71	1R0714	4	Filtro lub	R\$ 228,00	R\$ 912,00
72	6678233	12	Filtro lub BOBCAT	R\$ 203,67	R\$ 2.444,04
73	2481-0675	6	Filtro lub cc6	R\$ 302,00	R\$ 1.812,00
74	860113207	6	Filtro lub GR	R\$ 314,50	R\$ 1.887,00
75	320/04133	4	Filtro lub JS220	R\$ 251,00	R\$ 1.004,00
76	650551032A	12	Filtro lub. DI 200	R\$ 305,00	R\$ 3.660,00
77	87803260	12	Filtro lub. RG 140	R\$ 285,33	R\$ 3.423,96
78	184146	8	Filtro mustang	R\$ 297,00	R\$ 2.376,00
79	184195	8	Filtro mustang	R\$ 241,00	R\$ 1.928,00
80	19558	8	Filtro mustang	R\$ 217,00	R\$ 1.736,00
81	74830	8	Filtro mustang	R\$ 290,33	R\$ 2.322,64
82	245005	8	Filtro mustang	R\$ 268,67	R\$ 2.149,36
83	193024	8	Filtro mustang	R\$ 307,33	R\$ 2.458,64
84	2277448	4	Filtro primário	R\$ 299,67	R\$ 1.198,68
85	87803260	10	Filtro RG 140 ME	R\$ 237,50	R\$ 2.375,00
86	84412164	10	Filtro rg 140 ME	R\$ 193,67	R\$ 1.936,70
87	2277449	4	Filtro sec.	R\$ 242,67	R\$ 970,68
88	800141037	6	Filtro sedimentador GR	R\$ 250,33	R\$ 1.501,98
89	581/M8564	8	Filtro separador	R\$ 222,00	R\$ 1.776,00
90	2289130	4	Filtro separador	R\$ 280,00	R\$ 1.120,00
91	1749570	6	Filtro separador CAT	R\$ 304,33	R\$ 1.825,98
92	2481-0673	6	Filtro separador cc6	R\$ 350,33	R\$ 2.101,98
93	87435525	12	Filtro separador RG 140me	R\$ 284,00	R\$ 3.408,00



94	219000751	6	Filtro tram	R\$ 234,67	R\$ 1.408,02
TOTAL LOTE 01					R\$ 183.071,36
LOTE 02					
BOMBAS					
1	75323556	4	Bomba	R\$ 4.400,00	R\$ 17.600,00
2	73162806	4	Bomba	R\$ 4.400,00	R\$ 17.600,00
3	147071A1	2	Bomba d'água	R\$ 520,00	R\$ 1.040,00
4	87738824	4	Bomba hidr.	R\$ 5.900,00	R\$ 23.600,00
5	K1015172A	4	Bomba hidr. DOOSAN	R\$ 6.200,00	R\$ 24.800,00
6	K1006520	4	Conjunto bomba ma- nual dl200	R\$ 708,00	R\$ 2.832,00
TOTAL LOTE 02					R\$ 87.472,00
LOTE 03					
COMPRESSORES					
1	328-2062-163-0872	2	Compressor 120 K	R\$ 5.720,00	R\$ 11.440,00
2	440205-00070	4	Compressor ar	R\$ 3.200,00	R\$ 12.800,00
3	218004354	4	Compressor ar	R\$ 3.900,00	R\$ 15.600,00
4	8430-4794	12	Compressor ar	R\$ 2.797,00	R\$ 33.564,00
5	1270850	2	Compressor HAMM	R\$ 5.700,00	R\$ 11.400,00
6	11Q6-90040	2	Compressor Hyundai	R\$ 4.100,00	R\$ 8.200,00
7	320/08563	2	Compressor JCB	R\$ 3.100,00	R\$ 6.200,00
8	320/08562	2	Compressor JCB	R\$ 3.100,00	R\$ 6.200,00
9	860143086	2	Compressor XCMG	R\$ 5.600,00	R\$ 11.200,00
TOTAL LOTE 03					R\$ 116.604,00
LOTE 04					
CONDENSADORES					
1	100000197961	2	Condensador	R\$ 4.025,00	R\$ 8.050,00
2	8764-2958	12	Condensador	R\$ 3.200,00	R\$ 38.400,00
3	295-4431-251-0982	2	Condensador 120K	R\$ 8.500,00	R\$ 17.000,00
4	30/925766	2	Condensador JCB	R\$ 3.500,00	R\$ 7.000,00
5	860143082	2	Condensador XCMG	R\$ 5.500,00	R\$ 11.000,00
TOTAL LOTE 04					R\$ 81.450,00



LOTE 05					
MOTOR HIDRÁULICO E PROPULSORA					
1	73162805	4	Motor hidráulico	R\$ 4.200,00	R\$ 16.800,00
2	84322804	4	Motor limpador	R\$ 2.700,00	R\$ 10.800,00
3	400702-0033	2	Motor ventilador DOOSAN	R\$ 2.200,00	R\$ 4.400,00
4		8	Pistola/válvula p/ propulsora de graxa, rosca 1/8 entrada e saída, pressão Max p/trabalho = < 7500.PSI/ 517 BAR, com extensão rígida e mangote flexível.	R\$ 509,00	R\$ 4.072,00
5		1	Propulsora de graxa, aplicação em reservatório 170/200 KG;lubrific 1/2", conjunto silenciador;filtro regulador de ar;bloco motor em alumínio anodizado; filtro interno no sistema de sucção, vazão livre igual ou superior a 9.00KG min; rateio igual ou superior a 50:1, entrada de ar 1/2" rosca NPT, saída do produto MF 1/4" JIC9interno0;pressão de trabalho igual ou superior 80-100PSI(5,5-6,9 BAR) ;pressão de saída igual ou superior a 4000-5000PSI(276-345 BAR);consumo PCM;compativrl com graxa até grau NLGI-3	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00
6		1	Propulsora de Graxa, filtro regulador de ar;bloco do motor em alumínio anodizado;conjunto silenciador;vazão livre igual ou superior a 1,58 KG/min;rateio igual ou superior 60:1;entrada ar 1/4" rosca NPT; saída do produto MF 1/4"JIC(interno),pressão o de trabalho igual ou superior a 800-100PSI;pressão de saída 4800-6000PSI(331-413BAR);consumo ar	R\$ 5.500,00	R\$ 5.500,00



			10.PCM; compatível com graxa até grau NLGI2		
TOTAL LOTE 05					R\$ 47.072,00
LOTE 06					
RODAS					
1	75267200	2	Roda	R\$ 4.500,00	R\$ 9.000,00
2	75259089	2	Roda	R\$ 4.500,00	R\$ 9.000,00
TOTAL LOTE 06					R\$ 18.000,00
LOTE 07					
TURBINAS					
1	J537133	1	Turbina	R\$ 6.722,50	R\$ 6.722,50
2	48955141	2	Turbina FTP	R\$ 6.722,50	R\$ 13.445,00
TOTAL LOTE 07					R\$ 20.167,50
LOTE 08					
VÁLVULAS					
1	410116-00098	2	Válvula Blok	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
2	23B-0415	2	Válvula Blok	R\$ 1.600,00	R\$ 3.200,00
3	21800-4330	2	Válvula Blok	R\$ 1.400,00	R\$ 2.800,00
4	2G1034	6	Válvula freio	R\$ 522,00	R\$ 3.132,00
5	1263404	2	Válvula HAMM	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00
6	11Q6-90551	2	Válvula Hyundai	R\$ 1.300,00	R\$ 2.600,00
7	8432-7179	6	Válvula RG140	R\$ 1.300,00	R\$ 7.800,00
8	301803R1	6	Válvula RG140	R\$ 1.300,00	R\$ 7.800,00
TOTAL LOTE 08					R\$ 33.132,00
LOTE 09					
VIDROS					
1	8440-9553	4	Vidro porta LH	R\$ 3.700,00	R\$ 14.800,00



2	8440-9552	4	Vidro porta RH	R\$ 3.700,00	R\$ 14.800,00
TOTAL LOTE 09					R\$ 29.600,00
LOTE 10					
LÂMINAS					
1	370160077	2	Lamina	R\$ 1.900,00	R\$ 3.800,00
2	370160026	2	Lamina	R\$ 2.026,00	R\$ 4.052,00
3	2Y3939	2	Lâmina	R\$ 1.865,50	R\$ 3.731,00
4	5D9558	260	Lâmina 3/4 x 13 furos curva	R\$ 1.043,00	R\$ 271.180,00
5	9J3657	30	Lâmina 3/4 X 8 furos X 3/4	R\$ 1.043,00	R\$ 31.290,00
6	6805367	8	Lâmina 5/8" 10F BOBCAT	R\$ 930,00	R\$ 7.440,00
7	3F5108	3.380	Parafuso lâmina	R\$ 11,00	R\$ 37.180,00
8	6704903N	200	Parafuso Lâmina	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
9	5J4773	240	Parafuso Lâmina 3/4	R\$ 12,33	R\$ 2.959,20
10	4K0367	3.380	Porca lâmina	R\$ 4,67	R\$ 15.784,60
11	850000008BN	200	Porca Lâmina	R\$ 4,67	R\$ 934,00
12	2J3506	240	Porca Lâmina 3X4	R\$ 5,50	R\$ 1.320,00
					R\$ 381.870,80
LOTE 11					
PEÇAS DIVERSAS					
1	2026478	2	Alavanca com cabo HAMM	R\$ 821,00	R\$ 1.642,00
2	87559372	18	Amortecedor	R\$ 326,33	R\$ 5.873,94
3	381543	200	Arruela	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
4	1420/0014Z	30	Arruela canto	R\$ 3,00	R\$ 90,00
5	980/84672	30	Arruela da trava	R\$ 8,00	R\$ 240,00
6	4114-1930	8	Arruela dl200	R\$ 8,00	R\$ 64,00
7	1030488	8	Arruela dl200	R\$ 8,00	R\$ 64,00
8	2372-0019	120	Arruela do rolete	R\$ 8,00	R\$ 960,00
9	61ES-11150	50	Arruela trava Hyundai	R\$ 8,00	R\$ 400,00
10	9D6521	4	Barra de direção	R\$ 1.350,00	R\$ 5.400,00
11	75266787	24	Barra inferior	R\$ 1.307,00	R\$ 31.368,00
12	75266817	12	Barra superior	R\$ 1.307,00	R\$ 15.684,00



13	8D5949	2	Barra tomb	R\$ 1.107,00	R\$ 2.214,00
14	76303588	20	Batente da porta	R\$ 102,00	R\$ 2.040,00
15	1G100	200	Bico p/ engraxadeira	R\$ 11,00	R\$ 2.200,00
16	2031439	2	Bobina veloc. HAMM	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
17	J903652	4	Braçadeira	R\$ 105,00	R\$ 420,00
18	A162896	4	Braçadeira	R\$ 111,00	R\$ 444,00
19	84323981	6	Braço limpador	R\$ 205,00	R\$ 1.230,00
20	73124552	20	Bucha	R\$ 185,00	R\$ 3.700,00
21	4110-1410	8	Bucha balanceirodl200	R\$ 215,00	R\$ 1.720,00
22	910/60176	6	Cabo acelerador	R\$ 300,00	R\$ 1.800,00
23	98088295	2	Caçamba	R\$ 34.255,00	R\$ 68.510,00
24	75241478	30	Canto	R\$ 250,50	R\$ 7.515,00
25	8E5529	8	Canto da lamina	R\$ 233,67	R\$ 1.869,36
26	63E1-3533GG	6	Canto Hyundai	R\$ 675,00	R\$ 4.050,00
27	63E1-3534GG	6	Canto Hyundai	R\$ 675,00	R\$ 4.050,00
28	2027063171	6	Canto L.D	R\$ 357,50	R\$ 2.145,00
29	335/G5468	5	Canto L.D	R\$ 357,50	R\$ 1.787,50
30	2027063161	6	Canto L.E	R\$ 283,33	R\$ 1.699,98
31	335/G5467	5	Canto L.E	R\$ 335,00	R\$ 1.675,00
32	75248810	150	Chapa	R\$ 108,33	R\$ 16.249,50
33	75248811	120	Chapa	R\$ 106,67	R\$ 12.800,40
34	75248807	60	Chapa	R\$ 111,67	R\$ 6.700,20
35	1498819	4	Chapa HAMM	R\$ 480,00	R\$ 1.920,00
36	7N0719	2	Chave	R\$ 171,00	R\$ 342,00
37	9G7641	2	Chave	R\$ 114,00	R\$ 228,00
38	79073030	2	Chave de ignição CNH	R\$ 310,00	R\$ 620,00
39	1203894	6	Chave geral HAMM	R\$ 350,00	R\$ 2.100,00
40	5P8500	6	Chave ignição CAT	R\$ 97,00	R\$ 582,00
41	367125	6	Chave ignição HAMM	R\$ 97,00	R\$ 582,00
42	21n410400K	4	Chave ignição Hyundai	R\$ 97,00	R\$ 388,00



43	701/45501	6	Chave ignição JCB	R\$ 97,00	R\$ 582,00
44	110-0304	6	Chave ignição Komatsu	R\$ 97,00	R\$ 582,00
45	87632371	6	Cilindro de direção CASE	R\$ 1.368,00	R\$ 8.208,00
46	8766-3318	6	Conj. rolamento	R\$ 350,00	R\$ 2.100,00
47	75327649	2	Copo	R\$ 137,00	R\$ 274,00
48	75258894	6	Coroa	R\$ 2.900,00	R\$ 17.400,00
49	48955141	6	Cotovelo	R\$ 513,00	R\$ 3.078,00
50	84033791	6	Cotovelo escape FTP	R\$ 650,00	R\$ 3.900,00
51	1487116	30	Coxim	R\$ 359,00	R\$ 10.770,00
52	7316-3866	12	Coxim	R\$ 112,00	R\$ 1.344,00
53	75288824	12	Cruzeta	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
54	140102-00005	12	Cruzeta	R\$ 320,00	R\$ 3.840,00
55	110900044	12	Cruzeta c/parafuso dl200	R\$ 200,00	R\$ 2.400,00
56	914/56401	8	Cruzeta jcb	R\$ 279,50	R\$ 2.236,00
57	6008022	4	Cunha	R\$ 1.900,00	R\$ 7.600,00
58	6008021	4	Cunha	R\$ 1.900,00	R\$ 7.600,00
59	53103208	30	Dente	R\$ 259,67	R\$ 7.790,10
60	53103209	30	Dente	R\$ 259,67	R\$ 7.790,10
61	53103205	120	Dente	R\$ 100,00	R\$ 12.000,00
62	47134004-B	80	Dente	R\$ 235,50	R\$ 18.840,00
63	47134005-B	20	Dente	R\$ 128,50	R\$ 2.570,00
64	47133006-B	20	Dente	R\$ 287,67	R\$ 5.753,40
65	1358203	50	Dente c/parafuso e porca	R\$ 261,00	R\$ 13.050,00
66	980/8470	30	Dente JS220	R\$ 274,00	R\$ 8.220,00
67	6Y7915	100	Disco	R\$ 135,00	R\$ 13.500,00
68	8D8794	60	Disco	R\$ 235,00	R\$ 14.100,00
69	1513354	2	Disco de arrastamento	R\$ 1.368,00	R\$ 2.736,00
70	75255725	6	Eixo	R\$ 513,00	R\$ 3.078,00
71	73125501	6	Eixo CNH	R\$ 950,00	R\$ 5.700,00
72	VA09-BP50/C/I-27A/24V	2	Eléto Ventoinha	R\$ 2.100,00	R\$ 4.200,00



73	336/B8827	2	Emb. viscosa	R\$ 2.100,00	R\$ 4.200,00
74	8D8787	6	Engrenagem	R\$ 969,00	R\$ 5.814,00
75	240300223	4	Engrenagem	R\$ 2.500,00	R\$ 10.000,00
76	75326511	60	Esfera	R\$ 283,67	R\$ 17.020,20
77	1535501	2	Estrela de arrastamen- to	R\$ 2.600,00	R\$ 5.200,00
78	366176ª2	12	Fechadura CASE c/ parafuso	R\$ 380,00	R\$ 4.560,00
79	75248662	4	Forquilha	R\$ 820,00	R\$ 3.280,00
80	1293001	10	Fusível HAMM	R\$ 6,00	R\$ 60,00
81	1286919	10	Fusível HAMM	R\$ 6,00	R\$ 60,00
82	s/ código	200	Graxeira 3/8 45º	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
83	70915276	200	Graxeira 3/8 90%	R\$ 5,00	R\$ 1.000,00
84	13407211	300	Graxeira3/8 reta	R\$ 5,00	R\$ 1.500,00
85	87618962	30	Guia Completa	R\$ 1.129,00	R\$ 33.870,00
86	75220710	6	Haste	R\$ 1.254,00	R\$ 7.524,00
87	261-3816	4	Junta 120k	R\$ 285,00	R\$ 1.140,00
88	76195491	4	Junta cárter Emborra- chada	R\$ 627,00	R\$ 2.508,00
89	6G1780	4	Junta esférica	R\$ 296,00	R\$ 1.184,00
90	80005	2	Kit vedação martelo rompedor	R\$ 1.368,00	R\$ 2.736,00
91	600-8011E	2	Mandíbula	R\$ 36.900,00	R\$ 73.800,00
92	600-8012E	2	Mandíbula	R\$ 36.900,00	R\$ 73.800,00
93	75240636	30	Mangueira	R\$ 130,00	R\$ 3.900,00
94	73162680	10	Mangueira	R\$ 145,00	R\$ 1.450,00
95	75324694	10	Mangueira	R\$ 165,00	R\$ 1.650,00
96	8418-5649	12	Mangueira sanfonada	R\$ 211,00	R\$ 2.532,00
97	2G5689	12	Munhão	R\$ 382,00	R\$ 4.584,00
98	2G5962	20	Munhão	R\$ 364,00	R\$ 7.280,00
99	84322707	12	Palheta	R\$ 108,00	R\$ 1.296,00
100	12788479	120	Parafuso	R\$ 14,00	R\$ 1.680,00
101	J920400	200	Parafuso	R\$ 8,00	R\$ 1.600,00
102	75250078	40	Parafuso	R\$ 17,00	R\$ 680,00



103	600842	16	Parafuso	R\$ 10,00	R\$ 160,00
104	600843	16	Parafuso	R\$ 10,00	R\$ 160,00
105	1316/4018Z	30	Parafuso canto	R\$ 8,50	R\$ 255,00
106	120103	40	Parafuso da trava	R\$ 14,00	R\$ 560,00
107	2083211231	35	Parafuso do canto	R\$ 9,33	R\$ 326,55
108	1278479	100	Parafuso do coxim	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00
109	213985	100	Parafuso do coxim	R\$ 14,00	R\$ 1.400,00
110	1210033	24	Parafuso do disco	R\$ 14,00	R\$ 336,00
111	2372-0018	120	Parafuso do rolete	R\$ 14,00	R\$ 1.680,00
112	123/07303	6	pedal	R\$ 720,00	R\$ 4.320,00
113	2618553	2	Pinhão CAT	R\$ 750,00	R\$ 1.500,00
114	8764-7425	20	Pino do rolamento	R\$ 14,00	R\$ 280,00
115	8022	2	Ponteira rompedor	R\$ 1.291,00	R\$ 2.582,00
116	22170015	32	Porca	R\$ 14,00	R\$ 448,00
117	180302228	35	Porca do canto	R\$ 12,33	R\$ 431,55
118	210007068	12	Porca do terminal	R\$ 17,00	R\$ 204,00
119	87327346	20	RELE	R\$ 165,00	R\$ 3.300,00
120	84227067	4	Reservatório rg 140 ME	R\$ 1.650,00	R\$ 6.600,00
121	8766-3317	20	Rolamento	R\$ 125,00	R\$ 2.500,00
122	2723-0017	24	Roleta inferior	R\$ 1.350,00	R\$ 32.400,00
123	8743-5649	12	Sensor comb.	R\$ 513,00	R\$ 6.156,00
124	334/J9520	2	Sensor JS220	R\$ 547,00	R\$ 1.094,00
125	100000071346	2	Serentina	R\$ 1.129,00	R\$ 2.258,00
126	731664453	6	Silencioso	R\$ 990,00	R\$ 5.940,00
127	33160549	6	Silencioso	R\$ 990,00	R\$ 5.940,00
128	331/60549	6	Silencioso	R\$ 990,00	R\$ 5.940,00
129	J699521	6	Solenoide	R\$ 627,00	R\$ 3.762,00
130	61Q6-3132GG	2	Solenoide Hyundai	R\$ 627,00	R\$ 1.254,00
131	75243732	30	Suporte	R\$ 281,33	R\$ 8.439,90
132	8W4066	6	Suporte	R\$ 269,00	R\$ 1.614,00



133	8W4067	6	Suporte	R\$ 269,00	R\$ 1.614,00
134	8W1751	1	Suporte	R\$ 4.350,00	R\$ 4.350,00
135	8J5299	12	Suporte	R\$ 239,50	R\$ 2.874,00
136	2105174	4	Suporte HAMM	R\$ 1.596,00	R\$ 6.384,00
137	8427-6084	6	Suporte motor L.D	R\$ 720,00	R\$ 4.320,00
138	7532-7705	6	Suporte motor L.E	R\$ 720,00	R\$ 4.320,00
139	71103596	12	Tampa	R\$ 399,00	R\$ 4.788,00
140	8764-7427	20	Tampa	R\$ 125,00	R\$ 2.500,00
141	228-9130	4	Tampa tanque	R\$ 239,00	R\$ 956,00
142	477/0223	4	Tampa tanque	R\$ 217,00	R\$ 868,00
143	334/J7542	2	Tampa tanque	R\$ 114,00	R\$ 228,00
144	228-9130	2	Tampa tanque	R\$ 155,00	R\$ 310,00
145	334/K0052	2	Tanque expansão	R\$ 225,00	R\$ 450,00
146	128/15696	4	Tanque expansão	R\$ 1.050,00	R\$ 4.200,00
147	1925104	20	Terminal	R\$ 399,00	R\$ 7.980,00
148	8408386	20	Terminal	R\$ 188,00	R\$ 3.760,00
149	9D6524	12	Terminal	R\$ 188,00	R\$ 2.256,00
150	9D6523	12	Terminal	R\$ 188,00	R\$ 2.256,00
151	1313738	6	Terminal CAT	R\$ 188,00	R\$ 1.128,00
152	1313737	6	Terminal CAT	R\$ 188,00	R\$ 1.128,00
153	1313736	6	Terminal CAT	R\$ 188,00	R\$ 1.128,00
154	2190007471	6	Terminal direção	R\$ 638,00	R\$ 3.828,00
155	178-1685	8	Tira de bronze	R\$ 194,00	R\$ 1.552,00
156	924402496	50	Trava	R\$ 25,67	R\$ 1.283,50
157	980/84671	30	Trava dente	R\$ 28,50	R\$ 855,00
158	75323452	12	Tubo	R\$ 405,00	R\$ 4.860,00
159	75324072	12	Tubo	R\$ 280,00	R\$ 3.360,00
160	87742439	6	Tubo	R\$ 315,00	R\$ 1.890,00
161	33153874	10	Tubo	R\$ 268,00	R\$ 2.680,00
162	8420-1889	6	Tubo	R\$ 245,00	R\$ 1.470,00



163	75252606	6	Tube	R\$ 245,00	R\$ 1.470,00
164	314-4018	2	Válvula	R\$ 265,00	R\$ 530,00
165	1042-0115	2	Válvula solenoide da esteira	R\$ 3.200,00	R\$ 6.400,00
166	75288848	20	Vedador	R\$ 15,00	R\$ 300,00
167	336/B8828	2	Ventoinha	R\$ 1.200,00	R\$ 2.400,00
168	320/08671	4	Correia	R\$ 117,50	R\$ 470,00
169	100000202651	4	Correia	R\$ 127,00	R\$ 508,00
170	185-5872	4	Correia	R\$ 140,00	R\$ 560,00
171	8430-4790	12	Correia ar	R\$ 160,00	R\$ 1.920,00
172	2106-1019D25	6	Correia ar	R\$ 135,00	R\$ 810,00
173	100000208271	4	Correia ar cond.	R\$ 95,00	R\$ 380,00
174	4898546	12	Correia rg 140	R\$ 95,00	R\$ 1.140,00
175	5T0735	1	Corrente do Tandem	R\$ 1.812,00	R\$ 1.812,00
176	75241029	12	Corrente do Tandem	R\$ 1.824,00	R\$ 21.888,00
177	75266800	30	Canto	R\$ 175,50	R\$ 5.265,00
178	75251673	300	Dente	R\$ 144,00	R\$ 43.200,00
179	400910-00058	2	Bomba HID Doosan	R\$ 10.200,00	R\$ 20.400,00
180	73162805	6	Bomba	R\$ 10.200,00	R\$ 61.200,00
181	84227067	8	Reservatório	R\$ 1.350,00	R\$ 10.800,00
182	73164453	12	Silencioso	R\$ 1.650,00	R\$ 19.800,00
183	87606327	2	Roda	R\$ 5.800,00	R\$ 11.600,00
184	366176A2	12	Fechadura c/ parafuso	R\$ 1.250,00	R\$ 15.000,00
185	5054140	18	Dente Central	R\$ 706,00	R\$ 12.708,00
186	5054141	6	Dente LD	R\$ 760,00	R\$ 4.560,00
187	5054142	6	Dente LE	R\$ 760,00	R\$ 4.560,00
188	7D1576	30	Lâmina 3/4 X 8 furos X 3/4 120 K CAT	R\$ 1.177,00	R\$ 35.310,00
189	84349669	6	Turbina FTP	R\$ 10.200,00	R\$ 61.200,00
190	87632371	10	Cilindro de direção	R\$ 7.250,00	R\$ 72.500,00
191	75258894	12	Coroa	R\$ 7.700,00	R\$ 92.400,00
192	71103594	12	Haste de cilindro	R\$ 2.360,00	R\$ 28.320,00



193	860113207	4	Filtrolub XS123	R\$ 547,00	R\$ 2.188,00
194	860113205	4	Filtro comb XS123	R\$ 285,00	R\$ 1.140,00
195	800104347	4	Filtro comb XS123	R\$ 248,00	R\$ 992,00
196	860135890	4	Filtro ar XS123	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
197	803164538	4	Filtro hid XS123	R\$ 560,00	R\$ 2.240,00
198	8003004185	1	Motor hid XS123	R\$ 1.070,00	R\$ 1.070,00
199	803548383	1	Compressor XS123	R\$ 8.500,00	R\$ 8.500,00
200	803587085	1	Condensador XS123	R\$ 6.500,00	R\$ 6.500,00
201	803548283	1	Valvula block XS123	R\$ 5.400,00	R\$ 5.400,00
202	381601244	30	Calço GR 1803	R\$ 539,50	R\$ 16.185,00
203	380901101	4	Terminal GR1803	R\$ 603,50	R\$ 2.414,00
204	3809001068	4	Terminal GR1803	R\$ 876,50	R\$ 3.506,00
205	381600374	20	Placa GR1803	R\$ 285,00	R\$ 5.700,00
206	805004815	40	Parafuso GR1803	R\$ 24,00	R\$ 960,00
207	251496	2	Filtro HD10	R\$ 352,00	R\$ 704,00
208	2164645	2	Filtro HD10	R\$ 352,00	R\$ 704,00
209	2091354	2	Filtro HD10 tro HD10	R\$ 352,00	R\$ 704,00
210	2127066	2	Filtro HD10	R\$ 352,00	R\$ 704,00
211	2127067	2	Filtro HD10	R\$ 352,00	R\$ 704,00
TOTAL LOTE 11					R\$ 1.473.541,18
LOTE 12					
CERDAS					
1		3.400	Cerdas de Aço para Vassoura Recolhedora 165 mm	R\$ 73,33	R\$ 249.322,00
2		3.400	Cerdas de Nylon para Vassoura Recolhedora 165 mm	R\$ 67,33	R\$ 228.922,00
3		10.000	Cerdas para capina- deira mecânica, confecci- onada em cabo com espessura de "3/4", alma em aço polido, torção regular à direita, arames eips, formação 6 x 19 fios, medindo 40 cm de comprimento	R\$ 73,00	R\$ 730.000,00



			,com 03 anéis prensa- dos na extensão do corpo da cerda.		
TOTAL LOTE 12					R\$ 1.208.244,00
TOTAL GERAL					R\$ 3.680.224,84

12 INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

12.1 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço Rua nossa Senhora de Fatima, 563, Bairro estação, na Secretaria de obras.

13 DO REAJUSTE

13.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data final dos orçamentos 14/10.2025.

13.2 Após o interregno de um ano, independente pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, por meio da aplicação, pelo Contratante, do IGPM ou IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade

13.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste.

13.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

13.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

13.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

13.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.8 O reajuste será formalizado por simples apostilamento.

14 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



14.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2 Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); multa compensatória de 0,5% a 5%.
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%.
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%.

iv) Multa:

- (1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias de atraso.



- (a) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de

Nota explicativa 1: O art. 156, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021, esclarece que “a multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei”.

Nota Explicativa 2: Recomenda-se suprimir a sanção relativa à apresentação, reposição ou suplementação da garantia caso esta não seja exigida para a contratação.

2021.

- (2) compensatória de 30% (Trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

Lapa, 22 de outubro de 2025.



Assinado eletronicamente por:
**RODRIGO DOS SANTOS
GREGOSKI**
07/11/2025 10:09:18
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Rodrigo Gregoski
Gestor de Contratos



Assinado eletronicamente por:
**MARCO ANTONIO
BORTOLETTO**
07/11/2025 09:27:06
Assinatura digital avançada com certificado digital não ICP-
Brasil.

Marco Antonio Bortoletto
Secretário de Obras



ANEXO II DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, exclusivamente via sistema eletrônico em até duas horas após a convocação pelo pregoeiro, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos:

1.1 CERTIFICADO DE REGULARIDADE DE REGISTRO CADASTRAL de fornecedor, que poderá ser feito e emitido pelo SICAF, no portal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, e os documentos abaixo descritos, salvo os que já estejam contemplados e válidos no referido certificado:

1.2 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

1.2.1 Cédula de Identidade, no caso de pessoa física;

1.2.2 Registro comercial, no caso de empresa individual;

1.2.3 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

1.2.4 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício;

1.2.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

1.2.6 Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso.

1.3 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

1.3.1 Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

1.3.2 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

1.3.3 Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

1.3.4 Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

1.3.5 Prova de regularidade perante a Fazenda estadual;

1.3.6 Prova de regularidade perante a Fazenda municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

1.3.7 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal nº 12.440/2011;

1.3.8 Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal e demais declarações conforme Anexo V.

1.4 DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

1.4.1 para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

OBS: Para as empresas que optarem por participar através de filial, deverão ser apresentadas as certidões negativas de ambos os CNPJ's para com o cartório distribuidor da comarca onde se encontram instaladas a matriz e a filial.

1.4.2. DO BALANÇO PATRIMONIAL.

1.4.2.1. Não exigido para o processo em questão, com base no previsto no artigo 69, da Lei 14.133./2021:



Art. 69. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório, e **será restrita à apresentação da seguinte documentação:**

- I- Balanço patrimonial,
- II- Certidão negativa de feitos sobre falência e recuperação judicial.

Obs: Note-se que o segmento do texto, **será restrita**, não fixa a obrigatoriedade da exigência, devendo o agente competente analisar o caso concreto. O que não se vislumbra na contratação em questão. Também, cabe ao órgão licitante avaliar a proporcionalidade da exigência, o que não se parece condizente, tendo em vista a complexidade e o vulto desta licitação.

Ainda, em respeito ao previsto no art. 37 da Constituição Federal, Artigo 37, Inciso XXI.

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, **o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**

1.5 DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

Não exigido.

1.6 DECLARAÇÕES CONFORME ANEXO V.

1.7 DECLARAÇÃO LGPD CONFORME ANEXO VIII.

1.8 COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP, se for o caso:

1.8.1 Declaração escrita sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006 (**ANEXO VII**);

1.8.2 De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.



1.8.2.1 A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

1.9 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

1.10 Na hipótese do item 1.8.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

1.11 Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

1.12 Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).



**ANEXO III
MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

PREGÃO ELETRÔNICO N° xxx Ano: xxx

DADOS DO FORNECEDOR

Fornecedor:			
CNPJ/CPF :	Inscrição Estadual :		
Endereço :			
Bairro:			
CEP:	Cidade:	Estado:	
Telefone:	Fax:		
e-mail:			
Banco:	Agência:	Conta-corrente:	

Constitui objeto desta licitação: Aquisição de **OBJETO**, para atender ao(à) **ÓRGÃO/ENTIDADE**.

1. Especificações técnicas:

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS						
ITEM	CAT MAT	DESCRIÇÃO	UND.	QTD.	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ADMITIDO (R\$)	VALOR MÁXIMO TOTAL ADMITIDO (R\$)
VALOR TOTAL DA PROPOSTA:						R\$

OBS: Todas as especificações do Termo de Referência, descritivo do objeto, prazo de entrega, prazo de pagamento são fixas e irrevogáveis.

2. A validade da proposta é de 120(cento e vinte) dias.

3. A empresa vencedora é responsável pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe ao Contratado efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.

4. O preço unitário estimado para o objeto encontra-se com a carga tributária completa.

5. O arrematante atesta o atendimento das exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.

6. O arrematante DECLARA que, para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.

7. O arrematante declara estar ciente e de acordo com todas as condições e exigências do edital e todos os seus anexos.

Local e data

Representante Legal



ANEXO IV

MODELO DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX, e do CPF nº XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, nº XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico nº XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Local e data

OUTORGANTE

Obs: Ao optar pela assinatura digital, atentar para enviar o documento original que permita a verificação da autenticidade.



**ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO**

(timbre ou identificação do licitante)

XXXXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

1. INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

Que não se enquadra em nenhuma das vedações contidas no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, em especial:

1.1 Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

1.2. Nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado(a) judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2. NÃO UTILIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE MENORES

Que não utiliza a mão de obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão de obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos, conforme determina o art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal.

3. DECLARAÇÃO DE RESERVA DE CARGOS

Que para fins do disposto no inciso IV do art. 63 da Lei Federal nº 14.133/2021, cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4. DECLARAÇÃO DE PARENTESCO

Que durante a vigência do contrato, tem conhecimento de que é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta colateral ou por afinidade, até o 3º grau de dirigente do órgão ou entidade contratante ou agente público que desempenhe função na licitação, ou atue na fiscalização ou gestão do contrato.

5. DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Que atende a todos os requisitos de habilitação definidos no edital e que responderá pela veracidade das informações prestadas na forma da lei.

Local e data.

Nome do representante legal



ANEXO VI

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº/2025

O MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.020.452/0001-05, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Praça Mirazinha Braga, nº 87, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte, (nomeado pelo Decreto Municipal nº 28509, de 25.02.2025 e conforme o Decreto Municipal nº 24.319/2019, de 28.11.2019), Sr. MARCO ANTONIO BORTOLETTO, brasileiro, divorciado, Técnico em Agropecuária, portador do CIRG nº 444.157.379-00 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 444.157.379-00, residente e domiciliado à Rua Conselheiro Alves de Araújo, 108, Centro, Lapa/PR, CEP: 83.750-011, doravante denominado ÓRGÃO GERENCIADOR, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto nº 26.815, de 31 de março de 2023, considerando o julgamento da licitação na modalidade de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS nº/2025, Processo Digital nº 25931/2025, RESOLVE registrar os preços oferecidos pela Empresa, classificada em 1º lugar atendendo as condições previstas no Edital de licitação, (nome empresa), estabelecida à, nº, CEP, inscrita no CNPJ sob nº, telefone (...), e-mail....., aqui representada por seu, Sr., portador da CIRG nº e inscrita no CPF nº, residente e domiciliado à, CEP, doravante denominada FORNECEDOR, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto a aquisição de peças e acessórios de 1ª linha, novas, para máquinas pesadas pertencentes à frota municipal, através do Sistema Registro de Preços para o período de 12 meses, conforme especificações que constam do Termo de Referência– ANEXO I, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades de cada item e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

LOTE

Item	Descritivo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

2.2. O valor global do objeto é de R\$ (), sendo os valores por item os discriminados no item 2.1 desta ata.

2.3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

2.3.1. Não será aceito objeto em desacordo com as especificações constantes deste Termo;

2.3.2. As peças deverão ser de PRIMEIRA LINHA e possuir garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.

2.3.3. Em caso de reposição dentro do prazo de garantia, esta deverá realizar-se em até 24 (vinte e quatro) horas após notificação.



2.3.4. A qualidade das peças deverá estar de acordo com os padrões e exigências do INMETRO e demais órgãos fiscalizadores do setor, sendo de grande resistência e com a mesma qualidade das usadas pelas grandes montadoras do país.

2.3.5. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.

2.3.6. Os materiais, deverão ser entregues, conforme a necessidade no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de compra, no seguinte endereço: Secretaria de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento Trânsito e Transporte, Rua Nossa Senhora de Fátima, 563, Bairro Estação.

2.4. **SUSTENTABILIDADE**

2.4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº 26815/2023. e poderá ser utilizado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

2.4.1.1. **Eficiência no uso de recursos** – priorizar peças e componentes que contribuam para o melhor desempenho energético e operacional das máquinas, reduzindo o consumo de combustível e o impacto ambiental decorrente das operações.

2.4.1.2. **Durabilidade e qualidade dos materiais** – aquisição de peças e acessórios de 1ª linha, novos e originais, que garantam maior vida útil dos equipamentos, minimizando a geração de resíduos e a necessidade de substituições frequentes.

2.4.1.3. **Sustentabilidade econômica** – favorecer a aquisição de produtos com melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do equipamento, considerando a durabilidade, a eficiência e a manutenção preventiva.

2.5. **GARANTIA DA CONTRATAÇÃO**

2.5.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133.

2.5.2. Garantia do produto: O objeto deverá apresentar garantia conforme Código de Defesa do Consumidor. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, a DETENTORA DA ATA deverá substituí-los no prazo de dois dias consecutivos. No caso de entrega ou quantidade inferior ao estabelecido pela Prefeitura, a DETENTORA DA ATA deverá também, em dois dias consecutivos, responsabilizar-se-á pela complementação.

2.6. **MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO**

2.6.1. Condições de Entrega

2.6.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados do(a) recebimento do empenho, na Rua Nossa Senhora de Fátima, 563, Vila Estação, Lapa-PR, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

2.7. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

2.7.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).



3. ÓRGÃO GERENCIADOR

3.1. O órgão gerenciador é O MUNICÍPIO DA LAPA, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte, Sr. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.

3.2. Não haverá órgão participante.

4. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1. Referente ao Gestor de Contrato:

4.1.1. O gestor da ata será: SR. RODRIGO DOS SANTOS GREGOSKI, matricula 81550, Telefone: (41) 3547-8005, e-mail: logisticalapa@hotmail.com, conforme Portaria nº 034 de 30 de julho de 2025 da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte.

4.1.2. analisar a documentação que antecede o pagamento;

4.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

4.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

4.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

4.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

4.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

4.1.8. Demais atribuições na Seção V, Art. 28 e 29 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

4.2. Referente ao Fiscal do Contrato:

4.2.1. O fiscal da Ata será: SR. MAURICIO BENEDITO A. BERGHAUSER, Matrícula: 1150, Telefone: (41) 3547-8005, e-mail: logisticalapa@hotmail.com e a suplente de fiscal da ata será: SR. JULIO CESAR MULLER, matricula 6535, Telefone: (41) 3547-8005, e-mail: logisticalapa@hotmail.com, conforme Portaria nº 034 de 30 de julho de 2025 da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte.

4.2.2. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

4.2.3. adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;

4.2.4. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;

4.2.5. receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;

4.2.6. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

4.2.7. verificar a correta aplicação dos materiais;

4.2.8. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;

4.2.9. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;



4.2.10. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade;

4.2.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.2.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

4.2.13. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.2.14. Demais atribuições na Seção VI, Art. 30 e 31 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

5. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1. Eventuais adesões à Ata de Registro de Preços deverá seguir o disposto no Artigo 209 do Decreto Municipal nº 26815, de 31.03.2023, Disponível em: <https://lapa.atende.net/cidadao/pagina/decretos-municipais>

6. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

6.1 O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos. (Art. 194 § 1º do Decreto Municipal nº 26815 de 31 de março de 2023);

6.1.1. Os contratos que vierem a ser celebrados com fundamento na Ata de Registro de Preços poderão ter vigência de 12 meses, a ser definida pela secretaria demandante, podendo ultrapassar o prazo de vigência da Ata, desde que:

- a) a contratação ocorra durante a vigência da Ata;
- b) a vigência contratual observe os prazos e condições estabelecidos nos artigos 105 a 112 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

6.1.3. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

6.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de



despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 6.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

6.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

6.1. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

7. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

7.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

7.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

7.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

7.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

7.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7.1.3.3. Os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços estão previstos na minuta do contrato.

8. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

8.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

8.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

8.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

8.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.



8.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

8.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

8.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

8.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

8.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

8.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 8.2 e no item 8.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

8.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poder, mediante decisão



fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas neste instrumento.

10.1.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.1.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:



i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); multa compensatória de 0,5% a 5%.

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%.

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%.

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 dias de atraso.

(a) O atraso superior a 20 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO I.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Lapa, de de 2025.

Assinaturas

MARCO ANTONIO BORTOLETTO

Secretário Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte
Representante legal do Órgão Gerenciador

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

(nome representante)

(nome Empresa)

Representante legal do Fornecedor Registrado



**PREFEITURA
MUNICIPAL
DA LAPA**

Praça Mirazinha Braga, 87 - Centro
CEP 83.750-094 - (41) 3547.8000
lapa.atende.net

RODRIGO DOS SANTOS GREGOSKI
Gestor da Ata de Registro de Preços

MAURICIO BENEDITO A. BERGHAUSER
Fiscal da Ata de Registro de Preços

JULIO CESAR MULLER
Suplente de Fiscal da Ata de Registro de Preços

ANEXO I
TERMO DE REFERÊNCIA (conforme anexo I do edital)



MINUTA DE CONTRATO
Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021
AQUISIÇÕES – LICITAÇÃO

CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº/2025, QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DA LAPA/PR, POR INTERMÉDIO DO (A) E A EMPRESA

O MUNICÍPIO DA LAPA, Estado do Paraná, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ sob nº 76.020.452/0001-05, com sede administrativa na cidade da Lapa, Estado do Paraná, na Praça Mirazinha Braga, nº 87, neste ato representado por seu Secretário Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte, (nomeado pelo Decreto Municipal nº 28509, de 25.02.2025 e conforme o Decreto Municipal nº 24.319/2019, de 28.11.2019), Sr. MARCO ANTONIO BORTOLETTO, brasileiro, divorciado, Técnico em Agropecuária, portador do CIRG nº 444.157.379-00 SESP/PR, inscrito no CPF sob nº 444.157.379-00, residente e domiciliado à Rua Conselheiro Alves de Araújo, 108, Centro, Lapa/PR, CEP: 83.750-011, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante denominado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Digital nº 25931/2025 e em observância às disposições da [Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021](#), e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n. .../..., que originou a Ata de Registro de Preços nº/2025, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a aquisição de peças e acessórios de 1ª linha, novas, para máquinas pesadas pertencentes à frota municipal, conforme especificações que constam do Termo de Referência. – ANEXO I.

1.2. Objeto da contratação:

LOTE

Item	Descritivo	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação no PNCP, podendo ser prorrogado nos termos dos da Lei 14.133.



CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1.1. Não será aceito objeto em desacordo com as especificações constantes deste Termo;
- 3.1.2. As peças deverão ser de PRIMEIRA LINHA e possuir garantia de acordo com o Código de Defesa do Consumidor.
- 3.1.3. Em caso de reposição dentro do prazo de garantia, esta deverá realizar-se em até 24 (vinte e quatro) horas após notificação.
- 3.1.4. A qualidade das peças deverá estar de acordo com os padrões e exigências do INMETRO e demais órgãos fiscalizadores do setor, sendo de grande resistência e com a mesma qualidade das usadas pelas grandes montadoras do país.
- 3.1.5. No preço cotado já estão incluídas eventuais vantagens e/ou abatimentos, impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes e deslocamentos e outras quaisquer que incidam sobre a contratação.
- 3.1.6. Os materiais, deverão ser entregues, conforme a necessidade no máximo 05 (cinco) dias após o recebimento da ordem de compra, no seguinte endereço: Secretaria de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento Trânsito e Transporte, Rua Nossa Senhora de Fátima, 563, Bairro Estação.

3.2. SUSTENTABILIDADE

- 3.2.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Decreto Municipal nº 26815/2023. e poderá ser utilizado o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:
- 3.2.2. Eficiência no uso de recursos – priorizar peças e componentes que contribuam para o melhor desempenho energético e operacional das máquinas, reduzindo o consumo de combustível e o impacto ambiental decorrente das operações.
- 3.2.3. Durabilidade e qualidade dos materiais – aquisição de peças e acessórios de 1ª linha, novos e originais, que garantam maior vida útil dos equipamentos, minimizando a geração de resíduos e a necessidade de substituições frequentes.
- 3.2.4. Sustentabilidade econômica – favorecer a aquisição de produtos com melhor relação custo-benefício ao longo do ciclo de vida do equipamento, considerando a durabilidade, a eficiência e a manutenção preventiva.

3.3. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

- 3.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133.
- 3.3.2. Garantia do produto: O objeto deverá apresentar garantia conforme Código de Defesa do Consumidor. Caso o produto seja entregue em desacordo com os requisitos estabelecidos pela Prefeitura, a DETENTORA DA ATA deverá substituí-los no prazo de dois dias consecutivos. No caso de entrega ou quantidade inferior ao estabelecido pela Prefeitura, a DETENTORA DA ATA deverá também, em dois dias consecutivos, responsabilizar-se-á pela complementação.

3.4. MODELO DE EXECUÇÃO OBJETO

- 3.4.1. Condições de Entrega



3.4.1.1. O prazo de entrega dos bens é de 05 (cinco) dias, contados do(a) recebimento do empenho, na Rua Nossa Senhora de Fátima, 563, Vila Estação, Lapa-PR, das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

3.5. **GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

3.5.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

CLAUSULA QUARTA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

4.1. Referente ao Gestor de Contrato:

4.1.1. O gestor do contrato será: SR. RODRIGO DOS SANTOS GREGOSKI, matrícula 81550, Telefone: (41) 3547-8005, e-mail: logisticalapa@hotmail.com, conforme Portaria nº 034 de 30 de julho de 2025 da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte.

4.1.2. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

4.1.3. analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

4.1.4. analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

4.1.5. analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

4.1.6. acompanhar o desenvolvimento da execução por meio de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

4.1.7. decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens ou a realização de serviços;

4.1.8. Demais atribuições na Seção V, Art. 28 e 29 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

4.2. Referente ao Fiscal do Contrato:

4.2.1. O fiscal da Ata será: SR. MAURICIO BENEDITO A. BERGHAUSER, Matrícula: 1150, Telefone: (41) 3547-8005, e-mail: logisticalapa@hotmail.com e a suplente de fiscal da ata será: SR. JULIO CESAR MULLER, matrícula 6535, Telefone: (41) 3547-8005, e-mail: logisticalapa@hotmail.com, conforme Portaria nº 034 de 30 de julho de 2025 da Secretaria Municipal de Obras, Projetos, Urbanismo, Saneamento, Transito e Transporte.

4.2.2. O fiscal de contrato deve anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinará o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

4.2.3. dotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da entrega de bens;

4.2.4. conferir e certificar as faturas relativas às aquisições;

4.2.5. receber designação e manter contato com o preposto da contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na entrega dos bens;

4.2.6. dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;

4.2.7. verificar a correta aplicação dos materiais;

4.2.8. requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido da promoção de controle de qualidade dos bens a serem adquiridos;



- 4.2.9. realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- 4.2.10. propor à autoridade competente a abertura de processo administrativo para apuração de responsabilidade;
- 4.2.11. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 119 e 120 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 4.2.12. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.
- 4.2.13. O fiscal do contrato deverá verificar se houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço e, em caso positivo, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no Capítulo VII da Lei n.º 14.133, de 2021.
- 4.2.14. Demais atribuições na Seção VI, Art. 30 e 31 do Decreto nº 26.815 de 31 de março de 2023.

CLÁUSULA QUINTA – SUBCONTRATAÇÃO

- 5.1. *Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.*

CLÁUSULA SEXTA - PREÇO

- 6.1. A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor global de **R\$ ()**.
- 6.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, incluindo tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 7.1. **Recebimento do objeto**
- 7.1.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, acompanhado da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, após o recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 02 (dois) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 01 (um) dia útil, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.



7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 1 (um) dia útil;

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertence à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato;

7.2. Liquidação

7.2.1.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.2.1.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2.1.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.1.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.1.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.



7.2.1.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.2.1.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.2.1.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.2.1.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.2.1.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.3.1.2. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Contratado não tenha concorrido para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.1.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.1.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



7.4.1.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.1.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.5. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência (ANEXO I) este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA - REAJUSTE (art. 92, V)

8.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 14/10/2025.

8.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice do IGPM ou IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir da data em que se iniciaram os efeitos financeiros do último reajuste.

8.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.8. O reajuste será formalizado por simples apostilamento

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

9.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no termo de referência:

9.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

9.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

9.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;



- 9.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 9.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 9.1.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 9.1.9. A contratante é responsável por pagar à contratada pelo fornecimento dos serviços ou produtos de acordo com os termos e condições acordados no contrato.
- 9.1.10. A contratante deve fornecer à contratada todas as informações, recursos e assistência necessários para realizar o trabalho ou fornecer os produtos de acordo com o contrato.
- 9.1.11. A contratante deve cumprir com todos os prazos, condições e obrigações estabelecidos no contrato, incluindo fornecer aprovações e autorizações necessárias dentro dos prazos especificados.
- 9.1.12. A contratante tem o direito de avaliar a qualidade dos serviços prestados ou dos produtos entregues pela contratada e pode exigir correções ou ajustes se necessário.
- 9.1.13. O prazo máximo para a decisão sobre o pedido de reequilíbrio é de 180 (cento e oitenta) dias, conforme previsto no § 4º, do art. 333, do Decreto Municipal nº 26.815/2023, que trata de repactuação;
- 9.1.14. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.1.15. Comunicar à DETENTORA DA ATA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 9.1.16. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da DETENTORA DA ATA, através de comissão/servidor especialmente designado por cada Secretaria Municipal;
- 9.1.17. Efetuar o pagamento à DETENTORA DA ATA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 10.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas, além das previstas no termo de referência:
- 10.1.1. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.1.2. Comunicar ao contratante, no prazo de 10 (dez) dias que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;



10.1.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

10.1.4. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

10.1.5. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

10.1.6. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

10.1.7. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

10.1.8. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

10.1.9. A CONTRATADA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.

10.1.10. A COTRATADA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da unidade requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.

10.1.11. A CONTRATADA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração desta ata de registro de preço

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

11.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

11.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

11.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

11.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

11.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver



necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

11.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

11.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

11.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

11.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

11.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

11.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

11.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

11.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

12.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

13.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

13.1.1. Der causa à inexecução parcial do contrato;

13.1.2. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

13.1.3. Der causa à inexecução total do contrato;

13.1.4. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

13.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

13.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



13.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;

13.1.9. Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do certame;

13.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei); multa compensatória de 0,5% a 5%.

ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei); multa compensatória de 5% a 30%.

iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei); multa compensatória de 15% a 30%.

iv) **Multa:**

(1) moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

(a) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(2) Compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

14.1. O contrato ~~será extinto se extingue~~ quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

14.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto.

14.2.1. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e



b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

14.3. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

14.3.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

14.3.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

14.3.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

14.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

14.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

14.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

14.4.3. Indenizações e multas.

14.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.6. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da dotação abaixo discriminada:

REQUISIÇÃO/2025

PD/2025

15.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de





ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico nº ____/_____, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

() MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

() MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

() COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima relativa ao enquadramento como empresa de pequeno porte, de que trata o art. 3º, II da Lei Complementar nº 123, de 2006, em relação aos valores dos contratos celebrados com a Administração Pública no ano-calendário de realização da licitação.

Local e data

Representante Legal



ANEXO VIII

DECLARAÇÃO LGPD.

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ nº XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXX, DECLARA, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como tem ciência de que:

1. Como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), o(a) interessado(a) deve fornecer para a Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:

- 1.1. aqueles inerentes a documentos de identificação;
- 1.2. referentes a participações societárias;
- 1.3. informações inseridas em contratos sociais;
- 1.4. endereços físicos e eletrônicos;
- 1.5. estado civil;
- 1.6. eventuais informações sobre cônjuges;
- 1.7. relações de parentesco;
- 1.8. número de telefone;
- 1.9. sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
- 1.10. informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa; dentre outros necessários à contratação.

2. Essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública. Estarão disponíveis no portal de transparência para consulta pública.

3. O tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local e data

Representante Legal